

Fi*LOSOFalandoO2

revista portuguesa de filosofia aplicada

PENSAR O TRABALHO

JULHO 2012 | REVISTA GRATUITA



O trabalho é um elemento decisivo da identidade pessoal. Mas como emprego é um bem cada vez mais escasso.

nº02

FILOSOFalando
revista portuguesa de filosofia aplicada

FICHA TÉCNICA

Director e Editor

Alves Jana

jalvesjana@gmail.com

Publicidade

968 404 380

Designer

Clara Jana

clarajana.design@gmail.com

Redacção

R. 5 de Outubro, 423

2200-371 ABRANTES

Periodicidade

Trimestral

Registo na E.R.C.

126186

APRESENTAÇÃO

De novo, saímos à rua ao encontro da vida. Ou, de novo paramos na vida à escuta da Filosofia? Talvez ambas as perspectivas estejam certas.

Desta vez focamos a atenção no trabalho. Sem dúvida um dos temas mais importantes da nossa actualidade. Porque falta, porque não se apresenta sob a forma de emprego, porque está a mudar mais depressa do que somos capazes de acompanhar... Não queremos esgotar o tema, apenas trazê-lo à superfície. É na sociedade viva que deve pensar-se e discutir-se a vida.

Continuamos a procurar os sítios onde a Filosofia mexe com a vida. Não é para isso que aqui estamos?

Temos de agradecer a todos quantos nos dirigiram palavras de apreço e incentivo. São sinal de que este projecto faz sentido, ou seja, de que há uma falta na sociedade portuguesa e que é necessário dar-lhe resposta. Esta, talvez; e outras, é claro.

Continuamos abertos a colaboração. Tanto dos mais velhos como dos mais novos. Nós sabemos que a vida é dura – para quem é mole – que temos muito que fazer, que há tantas urgências... Mas justificações todos temos, para tudo o que está mal.

Para terminar, é justo agradecer todos quantos contribuíram, de diversos modos, para esta edição. Obrigado, pois.

E até logo.

Alves Jana

ÍNDICE

- 002 **Apresentação**
- 003 **Viriato Soromenho-Marques**
- 011 **Ensaio**
- 017 **Trabalho: Paradoxos**
- 019 **Alguns pensamentos sobre o trabalho**
- 026 **O mundo como organização
e a organização no mundo**
- 029 **Lynda Gratton: O trabalho está
a mudar e nada será como dantes**
- 031 **Nicolas Grimaldi**
- 032 **Filosofia nas empresas**
- 035 **Projecto: Filosofia e Criatividade**
- 037 **Projecto: Café Filosófico**
- 043 **APAEF**
- 044 **APEFP**
- 045 **Notícias**

VIRIATO SOROMENHO MAR- QUES



“A CRISE AMBIENTAL É A ESSÊNCIA DA ONTOLOGIA NA CONTEMPO- RANEIDADE”

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES É UM FILÓSOFO DAS MIL INTERVENÇÕES. Escreve em jornais e revistas, pertence a comissões oficiais, “orientou mais de mil conferências e cursos breves em Portugal e em vinte e três outros países”, dirigiu programas de reflexão... Lecciona Filosofia na Universidade de Lisboa. E “publicou cerca de três centenas de estudos, abordando temas filosóficos, político-estratégicos, e ambientais”, entre eles cerca de vinte livros de temáticas bem diversas mas sempre directamente relevantes para os problemas na ordem do dia. A sua intensa actividade apenas nos permitiu ouvi-lo por mail.

Antes de mais, o que o faz mover?

Viriato Soromenho-Marques: Um grande gosto pela vida. Uma imensa curiosidade por perceber a linguagem das coisas, que gosta de ocultar-se, como sabemos desde os pré-socráticos... Sobretudo, penso que me interessa quase que por “instinto” por tudo aquilo que tem relação com a efemeridade, com a passagem do tempo, com a temporalidade do mundo. Julgo ter uma inclinação “intuitiva” para o que me parece constituir um perigo, um risco, uma situação limite. Foi por isso que desde muito jovem me interessei pelos temas ambientais e estratégicos, que se prendem umbilicalmente à intrínseca vulnerabilidade da nossa civilização tecnocientífica.

E depois, como consegue manter uma actividade intelectualmente sustentável em todas estas frentes? E como consegue revelar uma reflexão consolidada em várias frentes de informação, desde as ciências da natureza à história política?

O segredo é simples: trabalho, muito trabalho. Todos os dias. Sobretudo, uma grande paixão e entrega às coisas que estudo e que pretendo compreender melhor. Um exemplo: para perceber o que se passa com a Zona Euro, desde final de 2010, que dedico pelo menos duas horas diárias à leitura da imprensa económica nacional e internacional.

No fundo, o que pretende “fazer” com todas essas linhas de intervenção?

A minha aposta básica é a recusa do fatalismo. Acredito que a vida é melhor do que a morte. Que a aurora é preferível ao crepúsculo, quando estamos a falar na vida das pessoas e do mundo. Quando estudei a guerra-fria, e publiquei, em 1985, o único ensaio português sobre a crise dos euromísseis, o que pretendia era contribuir para evitar uma guerra nuclear em geral, e em particular um conflito localizado na Europa. Na minha intervenção ambiental, quero ajudar a evitar uma catástrofe ecológica global. Ao estudar a estúpida arquitectura da União Económica e Monetária, o que pretendo é ajudar a evitar o brutal recuo na vida de 500 milhões de europeus, e os impactos negativos que o colapso da Zona Euro teria no resto do mundo.

E, no entanto, essa não é a “tradição” filosófica de um professor universitário de filosofia. A verdade é que não é muito comum encontrarmos filósofos quer na comunicação social, quer a gerir processos de reflexão fora da Academia, muito menos a participar em movimentos cívicos. Porquê esta ausência da filosofia do espaço público e dos movimentos de cidadania em Portugal?

Eu quero crer que estou a seguir o melhor da tradição clássica. Revejo-me, com a humildade e na proporção reduzida que é a minha, no esforço cosmopolita de Leibniz ou Kant. A capacidade de meter as mãos na massa dos maiores pensadores/actores políticos norte-americanos, como Hamilton e Madison. Eles são a minha fonte de inspiração. Como Nietzsche nos ensinou, os filósofos devem pensar enquanto caminham, isto é, no convívio com as coisas. O que ocorre é que muitos filósofos contemporâneos se sentem, muitas vezes, esmagados por um mundo cuja complexidade lhes parece impenetrável, e, sobretudo, um mundo que já não conta com eles para se pensar a si próprio. As crises contemporâneas são também o resultado do vazio, da ausência do pensamento crítico da sociedade contemporânea sobre si própria.

**“AS CRISES
CONTEMPORÂNEAS
SÃO TAMBÉM O
RESULTADO DO VAZIO,
DA AUSÊNCIA DO
PENSAMENTO CRÍTICO
DA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA
SOBRE SI PRÓPRIA.”**

Por exemplo, nos cursos universitários de Filosofia estuda-se Ética e Filosofia Política, por exemplo. Entretanto, é já normal ouvirmos dizer que a espécie humana corre riscos de sobrevivência e é sabido e experienciado na pele que o mundo em geral e a Europa em particular sofrem problemas sérios, decisivos, de carácter político. O que se estuda nas universidades não tem nada a ver com o que se vive no mundo?

Deveria ter. E, no que à Filosofia diz respeito, até tem. O estudo da história da Filosofia é fundamental para aceder ao «software» do pensamento crítico. O que os filósofos podem ajudar é a desenvolver uma metodologia para o estudo do que poderemos designar como as formas e categorias transcendentais da nossa contemporaneidade (tais como a historicidade, a Natureza, a técnica, as esferas do político, etc).

É claro que Viriato Soromenho-Marques não pode ser acusado desta ausência filosófica. Interessamos perceber porquê. Por exemplo, porque participou no movimento associativo, por exemplo através da Quercus, de que foi dirigente e aí ficou contaminado com as “radiações” da realidade? Ou terá sido por alguma outra razão decisiva? Afinal, os efeitos têm causas ou factores...

Para mim a crise ambiental é a essência da ontologia na contemporaneidade. Não podemos pensar a Natureza fora da história, como na Grécia. O tempo já não é um acidente. Ele faz parte da essência do ser. E nós, com o prometeísmo tecnológico, estamos a acelerar essa espécie de reconstrução do tecido ontológico do mundo.

Uma das suas linhas de intervenção tem a ver com as causas ambientais. No entanto, essa é uma área problemática onde é da maior importância, tanto para diagnosticar os problemas como para procurar linhas de solução, uma boa formação científica. Porém, a cultura filosófica tradicional é pouco aberta, e mesmo por vezes hostil, ao conhecimento científico. Continua a ser um problema o divórcio entre a Filosofia e as outras ciências?

Claro que sim. Segundo uma já antiga interpretação de Habermas (na obra de 1968, Conhecimento e Interesse), talvez tenha sido com Hegel, que pela última vez os filósofos ousaram olhar a Natureza como se esta não fosse uma total alteridade. A partir daí gerou-se esta divisão das “duas culturas”, a separação entre as ciências da Natureza e as do espírito, entre as ciências explicativas e as compreensivas.

Na comunicação social há já muitas vozes, sobretudo vindas da Economia, mas também da Psicologia, da Psicanálise, do Direito, da Literatura, da Ciência Política... O que pode trazer de novo a voz da Filosofia? Em que pode ser importante?

Temos obrigatoriamente de ajudar a reconstruir uma noção operatória de totalidade, um horizonte de plenitude de sentido (com o auxílio das outras disciplinas e saberes, como é óbvio). O nosso papel como filósofos é o de chamar a atenção para o facto de que nenhuma ciência particular pode substituir-se ao esforço de construção de uma “visão do mundo”. E isso é uma tarefa ecuménica das academias. Sem essa versão operatória da “totalidade” não sobreviveremos,

“A VERDADE É SEMPRE AQUILO QUE ESTÁ DEPOIS DO PRECONCEITO”

nem epistémica nem empiricamente.

“Se isto é um homem”... Poderíamos glosar Primo Levi a propósito da nova condição dos homens e mulheres desta nossa sociedade ameaçada. Há cada vez mais para cada vez menos e cada vez menos para cada vez mais. E, sinceramente, não há no horizonte promessa de que venha a ser diferente. Afinal, que sociedade estamos a construir?

Ninguém tem o desenho global da sociedade que aí vem. Ela é fruto de múltiplas emergências. O que me parece seguro é que o modelo de leitura baseado no progresso material está absolutamente comprometido. O crescimento tem pés de barro. E o caminho que estamos a seguir – se não o alteramos profunda e atempadamente – vai conduzir a uma catástrofe ontológica ou a uma metamorfose antropológica, no sentido do transhumanismo. Nenhuma das saídas me parece eticamente (e esteticamente também) aceitável.

E a filosofia não tem nada a dizer? Não se lhe ouve uma palavra. Tirando algumas exceções, é claro. Não terá a Filosofia perdido o comboio da informação científica que lhe permita falar com pertinência sobre o mundo real?

A Filosofia acantonou-se na metodologia, na questão da linguagem e do método. Vejam-se Popper e Kuhn. Descurou as dimensões éticas e políticas daquilo a que o químico Paul Crutzen chama a “Era do Antropocénico”. Teve receio de cair no moralismo... E deixou aos cientistas naturais o discurso sobre os grandes temas filosóficos...

A tradição metafísica da Filosofia não nos levou ao desinteresse pela nossa realidade física, das condições reais da nossa existência e mesmo a deixarmos os cuidados com o mundo a outros que disso se ocupavam, os políticos?

Pelo contrário. Não nos soubemos manter fiéis à ambição teórica da metafísica. Desistimos de pensar o ser em totalidade. Tudo se tornou demasiado difícil e complicado ... O que ocorre é que muitos filósofos contemporâneos não percebem que a metafísica hoje passa pelo estudo das condições de possibilidade de um mundo em

mudança acelerada por causas antropogénicas. Hoje deveríamos pensar na verdadeira antropofísica que se dissemina pelo corpo do mundo inteiro. Nos seus limites e possibilidades. No seu significado, em suma.

É um especialista sobre a Europa. A Europa tem futuro? A pergunta não é se desejamos que tenha. Mas se, naquilo que existe, nas forças em presença, ainda há futuro para a Europa ou se já entrou num ciclo de entropia irrevogável.

Julgo que já não podermos evitar um choque. Os problemas são claramente superiores aos recursos colocados no terreno como resposta. A Europa poderia salvar-se. Tem meios materiais e humanos mais do que suficientes para tal. Mas o que a Europa não tem é pensamento e um caminho estratégico. Já passámos o Rubicão. O choque vai ocorrer, dentro de meses, ou mesmo semanas. Não sabemos se esse choque vai conduzir a uma mudança de rumo positiva ou se, pelo contrário, vai acelerar a autodestruição do projecto de unidade europeia. Em qualquer dos casos estamos a viver uma época trágica por excelência.

A Filosofia é obrigatória para todos no ensino secundário durante dois anos e foi-o para muitos obrigatória durante três anos. Podemos dizer que a sociedade portuguesa sofre de iliteracia filosófica ou, ao contrário, que os portugueses, em virtude desse banho escolar, são relativamente cultos filosoficamente?

Tem havido oscilações. Mas diria que, comparativamente, a cultura filosófica em Portugal desenvolveu-se com a democracia. E o resultado está à vista na produção científica e na literatura disponível. Mas podemos e devemos melhorar naquilo que se poderá designar como a capacidade de penetração e influência da Filosofia nos centros nevralgicos de decisão política, económica, e cultura.

Um estudante no final do secundário pensa seguir Filosofia, um outro está já a cursar Filosofia no ensino superior. Os lugares no ensino estão já ocupados. Que futuros profissionais na Filosofia o esperam? Que pode vir a fazer como profissional de Filosofia?

A Filosofia é hoje um saber indispensável se a sociedade quiser sobreviver ao desafio da complexidade. Os filósofos podem e devem ser úteis como construtores de pontes entre saberes, disciplinas e actividades profissionais. Mesmo no ensino, os filósofos deveriam ser indispensáveis, numa óptica de metodologia crítica e axiológica, nos mais diversos campos do saber.

Assistimos a novas formas da presença da Filosofia na sociedade. Os cafés filosóficos, o aconselhamento filosófico, as universidades populares, a Filosofia para crianças ou com crianças e, por outro lado, o mundo digital com os blogues, as páginas de filósofos, as redes

sociais... Como é que vê todo este fervilhar? Vai alterar o estatuto da relação da Filosofia com a sociedade?

Sem dúvida. A Filosofia está hoje, através dos novos meios de diálogo e comunicação, através das novas esferas e espaços públicos, a transmitir a mensagem de sempre: a verdade é sempre aquilo que está depois do preconceito. E hoje o que não faltam é ídolos a ocupar os lugares da infundável pesquisa pela verdade: as superstições tecnológicas e positivistas, por exemplo.

Podemos saber qual é o trabalho filosófico que tem agora entre mãos?

Estou a preparar um trabalho de síntese crítica sobre o meu percurso na filosofia. Estou a tentar compreender as articulações, eventualmente sistemáticas, entre aquilo que posso considerar como as minhas próprias contribuições para diversos temas. Uma obra para balanço e perspectivas. Ainda sem título.

PARA MAIS INFORMAÇÃO CONSULTAR:

www.viriatosoromenho-marques.com

OU, “AO VIVO” MAS EM DIFERIDO:

Na Culturgest, Alterações climáticas: a crise que não sabemos pensar
por Viriato Soromenho-Marques
<http://www.culturgest.pt/actual/06-soromenhomarques.htm>

DE ENTRE OS LIVROS QUE PUBLICOU, MERECEM DESTAQUE:

Europa: o risco do futuro (Lisboa, Dom Quixote, 1985);
Direitos humanos e revolução (Lisboa, Colibri, 1991);
Europa: labirinto ou casa comum (Lisboa, Publicações Europa-América, 1993);
Regressar à Terra: Consciência ecológica e política de ambiente (Lisboa, Fim de Século, 1994);
História e política no pensamento de Kant (Lisboa, Publicações Europa-América, 1995);
A Era da Cidadania. De Maquiavel a Jefferson (Lisboa, Publicações Europa-América, 1996);
Ambiente e futuro: O caso português (Matosinhos, C.M. de Matosinhos, 1996);
O futuro frágil. Os desafios da crise global do ambiente (Lisboa, Publicações Europa-América, 1998);
Razão e Progresso na Filosofia de Kant (Lisboa, Edições Colibri, 1998);
Ecologia e Ideologia (em co-autoria, Livros e Leituras, 1999);
A Revolução Federal: Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos E.U.A (Lisboa, Edições Colibri, 2002);
O Federalista, de Hamilton, Madison e Jay, tradução, introdução e notas com a colaboração de João C. S. Duarte (Lisboa, Edições Colibri, 2003);
O Desafio da Água no Século XXI. Entre o Conflito e a Cooperação (coordenação científica, Lisboa, Editorial Notícias, 2003);

Reflexões sobre a Arte de Vencer, de Frederico II da Prússia («Estudo Introdutório», Lisboa, Edições Sílabo, 2005);

Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Um projecto para Portugal (em co-autoria, Lisboa, Pandora, 2005);

Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável (Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005);

Cidadania e Construção Europeia (coordenação, Lisboa, Museu da Presidência da República/Ideias e Rumos, 2005);

Estado & Cidadania. O que Impede boas Políticas Públicas? (coordenação, Lisboa, Esfera do Caos, 2007);

O Regresso da América. Que Futuro Depois do Império O Ambiente na Encruzilhada. Por um Futuro Sustentável (coordenação, Esfera do Caos, 2010);

Environment at the Crossroads. Aiming for a Sustainable Future (coordination, Manchester, Carcanet, 2010);

Políticas Públicas do Mar. Para um Novo Conceito Estratégico Nacional (co-coordenação, Lisboa, Esfera do Caos, 2010);

Tópicos de Filosofia e Ciência Política. Federalismo. Das raízes Americanas aos dilemas europeus (Lisboa, Esfera do Caos, 2011);

O Federalista, de Hamilton, Madison e Jay, tradução, introdução e notas com a colaboração de João C. S. Duarte (Lisboa, 2.^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011)

José Viriato Soromenho Marques nasceu em Setúbal, em 1957. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1979), mestre em Filosofia Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (1985) e doutorado em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1991). É ou foi membro de várias sociedades e organizações científicas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente da Sociedade Portuguesa de Filosofia, da International Society for Ecological Economics, da American Political Science Association, da Associação Portuguesa de Ciência Política. É o correspondente em Portugal da organização alemã de estudos ambientais Ecologic.

É actualmente professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, regeu as cadeiras de Filosofia da História e da Cultura e de Filosofia da Política e do Direito (licenciatura). Coordenou o mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente que teve início no ano lectivo de 1995-1996. Tem também colaboração na licenciatura de Estudos Europeus, onde tem leccionado as disciplinas de Filosofia Social e Política, História das Ideias na Europa Contemporânea e o Ambiente na Europa. Presidiu à Comissão Executiva do Departamento de Filosofia entre Maio de 1999 e Junho de 2002.

Desenvolve desde 1978 uma intensa actividade no movimento associativo ligado à defesa do ambiente, tendo sido – de 1992 a 1995 – presidente da mais importante associação ambientalista nacional, a QUERCUS- Associação Nacional de Conservação da Natureza.

Entre 1985 e 1987 representou a opinião pública no Conselho de imprensa.

É também membro da Comissão Científica da colecção filosófica Europeia Memoria, editada pela casa editora Georg Olms (Hildesheim-Zürich-New York).

Representou, igualmente, as organizações não governamentais da área ambiental na Comissão Nacional da UNESCO.

Foi cooptado em Maio de 1998 para integrar o Conselho Nacional

do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Foi eleito Vice-Presidente da rede europeia de conselhos de ambiente (EEAC-European Environmental Advisory Councils) para o biénio 2001-2002, sendo, posteriormente, reeleito para os biénios seguintes (2003-2004 e 2005-2006).

No primeiro semestre de 2004, por convite do então Primeiro-Ministro português, integrou uma equipa de trabalho encarregue de elaborar a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e o seu respectivo Plano de Implementação (PIENDS).

Durante os anos de 2005 e 2006 colaborou com a Fundação Calouste Gulbenkian no domínio do Ambiente e da Saúde. Em Fevereiro de 2007 e Dezembro de 2011 assumiu a coordenação científica do Programa Gulbenkian Ambiente. Este Programa mobilizou mais de dois milhões de euros em projectos de desenvolvimento sustentável, não só em Portugal, como também na Arménia, Moçambique e Índia. Entre Março de 2007 e Outubro de 2010 integrou, por convite do Presidente da Comissão Europeia, o High Level Group on Energy and Climate Change, composto por 12 personalidades, encarregues de aconselhar a Comissão na viragem estratégica em matéria de energia sustentável firmada no Conselho Europeu de 8 e 9 de Março 2007. É membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, desde Abril de 2008.

Foi considerado pela revista «Visão» (2001) um dos 200 portugueses mais influentes: "Os 200 Portugueses mais influentes" e pelo Correio da Manhã (2009) como uma das 30 personalidades portuguesas mais relevantes das três décadas anteriores (distinção Figura do Futuro). Ganhou o Prémio Quercus 2011.

Em 1997 foi nomeado, pelo Presidente da República, Grande-Oficial da Ordem de Mérito Civil, integrando, igualmente, o respectivo Conselho das Ordens. E em 2006, Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

**“É IMPORTANTE PARA
O MEU PAÍS TER EXEMPLOS DE
SITUAÇÕES ONDE SE PRESERVA
A DIGNIDADE HUMANA NUMA
SITUAÇÃO QUE NÃO É HUMANA?
EU PENSO QUE É IMPORTANTE.
TALVEZ SEJA SUFICIENTE PARA
QUE EU, OS MEUS AMIGOS, OS
MEUS COLEGAS CONSIDEREMOS
QUE NÃO VIVEMOS EM VÃO.”**

MIKHAIL KHODORKOVSKI, OPOSITOR DE PUTIN, PRESO NA COLÔNIA PENITENCIÁRIA DE CARÉLIA

DA METAFÍSICA AO PENSAMENTO FISICAMENTE COMPROMETIDO

ALVES JANA

A metafísica clássica é, por natureza, uma ontologia e um modo e portanto uma prática de pensar. Platão ensinou-nos que a realidade é metafísica e que o mundo físico é, no fundo, uma falsa realidade, uma ilusão. Portanto, em consequência, todo o pensar verdadeiro se atém ao mundo verdadeiro, o metafísico, e esquece o falso mundo físico ou natural. A metafísica clássica remete-nos, portanto, para uma “outra” ordem do real, o real ideal. Tudo o que não pertence a esta ordem superior é da ordem do não-real e, por isso, pode e deve ser esquecido, eliminado, porque, em última análise, não existe realmente. Como o escultor que retira ao bloco de pedra o que nele está “a mais” para que dele fique a escultura que é tanto mais “perfeita” quanto mais foi retirado o que no bloco de pedra estava em excesso. A Inquisição eliminou judeus e bruxas; o nazismo eliminou judeus, homossexuais e ciganos; o comunismo eliminou contra-revolucionários burgueses; o fundamentalismo islâmico elimina os infiéis... Em cada um destes casos, entre muitos outros, trata-se de servir um ideal retirando da

sociedade “verdadeira” aqueles que verdadeiramente já dela estavam excluídos por serem da ordem do não-ser. (Tal como as escolas eliminam os alunos que “não estão à altura” ou “não se enquadram” nas suas exigências.)

Esta é uma gramática do ser, e naturalmente do pensar e do agir correspondentes.

O mundo actual globalizado tem também o seu real ideal. A tecnologia, a criatividade, a competitividade, o empreendedorismo, a inovação, a rentabilidade... são os parâmetros de uma “nova realidade”. E quem não está dentro fica fora, naturalmente. Ouvimo-lo todos os dias, tanto nas palavras de ordem do que “deve ser” como nas estatísticas do desemprego e das falências de empresas, por exemplo. Na sociedade competitiva em que vivemos não há lugar para aqueles que não são capazes de ganhar os desafios da competitividade globalizada.

O jovem guru português do empreendedorismo, Miguel Gonçalves, não tem papas na língua. “A única forma que eu conheço para ganhar a vida é trabalhar

muito. Trabalho sete dias por semana. Acordo às oito e deito-me às três. Dormir pouco, comer depressa trabalhar muito.” Pois sim. Mas, e se eu não puder? E se não for essa a minha filosofia de vida? Qual é o lugar que me cabe, ou me resta?

E Mary Warnock, filósofa moral inglesa, prega aos doentes de Alzheimer que eles têm o “dever de morrer”: “Se sofrem de demência, vocês delapidam os recursos dos serviços de saúde e os das vossas famílias”. De facto, prevê-se que os números dos doentes de Alzheimer dupliquem em breve. Mas... Que mundo se perspectiva, então? Um mundo em que apenas alguns – os que podem, os que conseguem – estão dentro. E os outros, ficam de fora, são excluídos do próprio sistema. Quantos dentro? Quantos fora? Talvez hoje tenhamos 80% dentro e 20% fora. Mas esta evolução não vai parar e talvez venhamos a ter 20% dentro e 80% fora, excluídos da produção avançada e da competitividade sustentada, condenados a viverem um dia-a-dia sem qualquer perspectiva de futuro digno desse nome. Talvez, por solidariedade, hoje estes 20% de excluídos estejam ainda a ser apoiados pela providência estatal e pela generosidade social. Mas quando este número crescer para lá dos limites da solidariedade sustentada, como vai ser? Nesse momento, a solidariedade deixa de ser um “dever” do sistema e dos que estão dentro, porque só é dever o que é possível, o que está ao alcance de uma acção com efeitos. Nessa altura, pelo contrário, não será “dever” do sistema abandoná-los, descartar-se deles? Hoje, ainda pode parecer absurdo, ou talvez apenas excessivo, um discurso destes, mas apenas porque muitos dos excluídos ainda podem ser e são sustentados porque o sistema ainda se alimenta do seu consumo. No entanto, começam já a ser formuladas respostas neste sentido. E, por exemplo, se o sistema de saúde não puder ser contido no crescimento das suas despesas, isto é, quando já não houver dinheiro disponível para pagar a factura do seu funcionamento, qual é a resposta possível? Podíamos explorar algumas destas possibilidades. Por exemplo, perguntar o que fazer de um excessivo exército de desempregados que já não favorece o poder de selecção do empregador, antes se configura socialmente como um peso insuportável e improdutivo. Ou o que fazer de tantos idosos não-

produtivos que não podem ser sustentados por tão poucos trabalhadores no activo, e assim por diante. Mas podemos deixar aqui essa tarefa à imaginação de cada um, desde que aceite o exercício de pensar a partir da lógica dos processos deste mundo material, como as suas leis de funcionamento, em vez de pensar a partir de um mundo de ideias e altos valores, tão altos que perdem todo o contacto com a realidade do mundo dos factos. Os factos, apesar de tudo, existem.

A verdade dos factos é que (pelo menos parece que) estamos a construir, isto é, estamos a caminhar passo a passo para um mundo em que apenas alguns, poucos e cada vez menos, têm lugar à mesa da produção e do consumo. Entretanto, muito do discurso que afirma falar em nome dos “desprotegidos”, dos “explorados”, dos “que sofrem”... traz a marca genética de um pensamento metafísico em que o real é o ideal, sem contacto com a realidade física, biológica, económica e social, que depois acaba por desmentir o ideal. Para este pensamento, tudo o que é físico, (o biológico é iludido ou elidido por ser muito “perigoso”), económico ou social é da ordem do não-real, do não-ser, que então é dito como “ideologia”, “hipocrisia”, “ganância”, e outros termos que traduzem uma gramática específica do não-ser. Se a realidade desmente o ideal, tanto pior para a realidade. E nesta sociedade globalizada, a própria natureza, na sua fisicalidade sistémica, não é verdadeira e substancial, é apenas utilizada, instrumental. O que verdadeiramente é diz-se sobre a forma de PIB, mercado e transações financeiras, e assim sucessivamente. Nem sequer as pessoas concretas e singulares têm uma realidade substancial. Quando muito entram nos índices de capitação.

Enquanto este pensamento metafísico continua dominante, a espécie humana parece caminhar para a sua extinção, por ter destruído as condições da sua continuidade no planeta. A serem verdade as previsões que alguns anunciam, apenas é previsível o aumento da conflitualidade e o aceleração do processo de exclusão de cada vez mais pessoas, ou melhor, de cada vez mais ex-cidadãos, porque entretanto já não se pode falar de verdadeira cidadania. Imaginemos só como será - dentro de

quantos anos? - um mundo sem petróleo, com os níveis do mar bem mais elevados e com a paisagem climática profundamente alterada, com todos os efeitos na produção agrícola, ao mesmo tempo que o número de habitantes do planeta aumenta drasticamente enquanto decai também drasticamente nalguns lugares, por exemplo na Europa. Não é para aí que caminha o mundo, não metafísico mas físico, que nos preparamos para deixar como herança aos nossos filhos e netos? Imaginemos como será quando para cada pensionista houver apenas dois trabalhadores no activo, e não dez como chegou a ser. Imaginemos como será a vida na Europa quando os muçulmanos forem a maioria da população, pois é isso mesmo que a demografia já hoje prevê para um prazo que não será muito distante. Não é por acaso que a “primavera árabe” do Norte de África foi saudada como uma vitória da democracia, mas depressa os factos vieram resfriar tanto entusiasmo inicial. Mais uma vez, foi o pensamento metafísico, independente da fisicalidade da vida, que foi desmentido pela malvada da realidade. À festa sucedeu o silêncio, como é habito acontecer com o pensamento que não se sente capaz de enfrentar a realidade.

Impõe-se um pensamento que desça ao real na sua fisicalidade, repita-se, ao mundo físico, biológico, económico e social. Um pensamento que reconheça esta realidade como realidade substancial. Que reconheça a realidade da natureza, na sua materialidade e na sua dinâmica efectiva, como a raiz substancial de tudo o mais, incluindo as pessoas, as organizações e as sociedades na sua realidade material e cultural efectivas. Impõe-se um pensamento que desça do hiperurâneo à terra que efectivamente habitamos e nos constitui. Não para nos rendermos a essa realidade, mas para dela partirmos e para dela construirmos o que desejamos e sonhamos. Partir da natureza e das pessoas, das organizações e das sociedades, dos processos na sua materialidade efectiva, em vez de partir das ideias. Embora com compromisso de nos interrogarmos que tipo de mundo queremos e, portanto, o que devemos fazer para o tornarmos naquilo que queremos. Porque o pensamento não pode demitir-se, ou seja, não podemos demitir-nos

de pensar. Mas há pensar e pensar. E é sobretudo o modo de pensar que é decisivo. É na gramática do pensar que o próprio pensamento, e com ele a vida, se decide.

Não se trata de abandonar a realidade natural e social ao seu intrínseco funcionamento mecânico, seja da mecânica clássica ou da mecânica quântica, do determinismo clássico ou do indeterminismo de uma realidade em si mesma caótica. Abandonar a realidade do mundo a si mesma e ao seu natural funcionamento seria destiná-la à lei da entropia social e oferecê-la àqueles que aproveitariam esse abandono para nela e dela instituírem uma ordem que lhes fosse favorável. E não é o que já está a acontecer? Porque tanto a natureza física como a natureza social são sempre campos de forças efectivas que agem com efeitos reais para os elementos do sistema e para o próprio sistema. Abandonar o sistema a si mesmo é abandoná-lo àqueles que não o abandonam, antes se apropriam dele e sobre ele exercem as forças que lhes interessa verem activas a fim de conseguirem os resultados pretendidos. Não se trata, portanto, de abandonar a realidade substancial do que é, mas elevá-la ao que pode ser, ao que queremos que seja.

Porque a realidade nunca apenas é. Ela sempre é e pode ser. Mas as possibilidades não são abstractas e ideais, elas estão de algum modo sempre contidas dentro daquilo que é. E só podem ser atingidas actuando por dentro daquilo que é, por dentro do sistema. Há, portanto que assumir a realidade física do que é, tanto ao nível da natureza como da sociedade, mas partir dessa física para a metafísica do que pode ser, isto é, do que esta realidade pode tornar-se. Não se trata, portanto de abandonar a metafísica, rendendo-nos à física, mas de apostar numa metafísica que aceite o mundo físico tal como ele é – porque é – e queira levá-lo ao que pode ser – porque pode vir a ser diferente. Porque, em última análise, a realidade nunca apenas é, antes sobretudo acontece, está sendo, é em si mesma processo, isto é, vem do que já não é e está em tensão para as múltiplas possibilidades do que pode vir a ser. (Se olharmos para os Himalaias e o seu monte

Everest com as suas neves eternas, temos a imagem nítida da eternidade. Mas, na verdade, são formações recentes, embora recentes numa escala de tempo geológico. Os Himalaias estão ainda a acontecer, pois estão ainda em formação. Eles são o enrugamento resultante do choque da Índia com o continente asiático, um acontecimento geológico que ainda está a produzir os seus efeitos. Mas, ao mesmo tempo em que os Himalaias estão em formação, portanto a crescer, já estão em erosão, portanto a diminuir. Eles não são, eles estão a acontecer.) Contudo, a realidade física pode caracterizar-se por ser fechada nas suas possibilidades. O que existe contém um conjunto fechado de possibilidades, que se realizarão de acordo com as leis do acontecer. Chamemos-lhes possibilidades físicas e acontecer físico, no sentido lato do termo “físico”. Contudo, o ser humano, embora ele próprio produto da natureza, introduz no sistema global uma novidade decisiva: a imaginação de um futuro alternativo. E este futuro é alternativo ao futuro físico, pois não está nele contido e por ela assegurado. Ele não vem da física no seu funcionamento intrínseco, mas de uma ordem outra, que podemos e devemos chamar de metafísica, porque não está contida e assegurada na ordem física. Resulta da criatividade humana.

A metafísica cria uma outra ordem de ser e desse modo cria um espaço aberto entre o real e o possível. Já a metafísica clássica o fazia. Mas fazia-o com o esquecimento, a negação do mundo físico, excluindo-o da ordem da realidade e da verdade. Esta metafísica negava a física.

Podemos pensar numa nova metafísica, que o seja de verdade mas que assuma o mundo físico e social como realidade que não pode ser negada nem esquecida, antes pelo contrário assumida como material do mundo a haver. Deste modo, o mundo a construir, em alternativa ao mundo actual, não poderia ser por esquecimento deste, mas por transformação deste e da sua realidade numa realidade outra e mais elevada. Trata-se, então, não de lutar contra o mundo, mas de elevar o mundo actual para um mundo potencial resultante da imaginação criadora e sobretudo através da acção também criadora do homem.

Mas, é preciso dizê-lo, o processo corre sempre riscos de perder o mundo em favor da imaginação,

de perder a realidade em favor do desejo, portanto de um desejo que nega a realidade. Então, terá de tratar-se de uma metafísica comprometida com a realidade mundana e vigilante sobre a evolução do processo de acção sobre o mundo, na medida em que é no mundo e com o mundo que se pode criar o mundo desejado – desejado mas não garantido. Porque “de boas intenções está o inferno cheio”, diz o povo, e di-lo também a história dos povos e das grandes revoluções ou dos pequenos projectos. Temos, então, não uma lógica abstracta que opera ao nível das ideias e se as coisas correm mal no mundo “pior para o mundo”, mas uma acção comprometida no mundo e vigilante do sentido de uma auscultação atenta ao próprio acontecer do mundo. Trata-se de um pensamento que não se atém apenas às ideias e aos valores, mas também não se atém apenas aos factos e ao funcionamento do mundo, mas de um pensamento que se mantém atento tanto aos factos e processos do mundo como às ideias e aos valores e também ao modo como as ideias e os valores ganham forma no mundo e, ao inverso, como os factos e o funcionamento do mundo configuram no mundo, sim, no mundo, uma certa ordem de ideias e de valores.

Podemos e devemos perguntar que tipo de sociedade e de mundo estamos a construir de facto. E esse exercício de prospectiva deve ter em conta, necessariamente, as forças que estão a agir no mundo. Por exemplo a globalização, a demografia, a tecnologia, as alterações climáticas, a evolução dos recursos naturais (petróleo, minérios e metais, madeira)... se nada de novo for feito e as coisas continuarem no sentido em que vão, isto é, se o acontecer for sobretudo a continuação do que está acontecendo.

Mas importa igualmente pensar se esta linha de acontecer conduz ao mundo que nós queremos. Por isso é indispensável pensar que mundo queremos. Não apenas em termos de alguns valores tão abstractos e gerais que todos neles estamos de acordo porque ninguém está a dizer nada, mas em termos concretos de factos do mundo, de processos efectivos e de relações entre pessoas e pessoas e coisas em concreto.

Então, feito o exercício de prospectiva e o exercício



ALVESJANA

FORMAÇÃO | CULTURA | COACHING

de imaginação criadora de um futuro desejado, impõe-se saber se há alguma coisa que precise de ser feito para que o mundo venha a ser como queremos que seja ou se basta deixá-lo acontecer. E o que todos sabemos é que alguns preferem que apenas continue a acontecer, ou que apenas gostariam que esse mesmo acontecer fosse activado, enquanto outros preferem que o acontecer seja corrigido para um mundo alternativo. E a física, mais uma vez a física, diz-nos que uma inversão dos processos exige uma acção sobre esses processos.

Entretanto, é o próprio consumismo instalado que caminha contra si mesmo e é o apolitismo generalizado que torna as potenciais vítimas deste processo desinteressadas do mesmo processo, portanto entregando-o àqueles que nele investem os seus interesses e configuram o mundo e as sociedades de modo a que esses seus interesses sejam defendidos.

Platão ensinou-nos a pensar metafisicamente. Quem nos ensina a pensar fisicamente? As ciências, sem dúvida, pois são elas que nos dão os processos da realidade física. Mas não apenas a ciência, pois com elas estaríamos rendidos ao que se passa, a saber o que se passa e o que se vai passar. Mas não a saber o que queremos que se passe. Porque as ciências, por definição, limitam-se a descrever, explicar e prever processos. Não nos ensinam a querer. Muito menos nos dizem o que deve acontecer, em alternativa ao que acontece. Mas aquilo que queremos, queremos que aconteça, ou seja, que aconteça no mundo, neste mundo onde habitamos como homens e mulheres, onde construímos a cidade dos homens e mulheres concretos. A cidade física, dos homens físicos, embora com sonhos metafísicos. Precisamos, por isso, de uma nova metafísica e uma nova lógica. A que portas devemos bater? ■

FORMAÇÃO

**MOTIVAÇÃO E LIDERANÇA
FALAR EM PÚBLICO
CONDUÇÃO DE REUNIÕES
RELAÇÕES INTERPESSOAIS
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DO STRESS
GESTÃO DE PROJECTOS
GESTÃO ASSOCIATIVA
ARTE DA VIDA FELIZ**

COACHING

**COACHING PESSOAL
COACHING EXECUTIVO**

FILOSOFalando

TLM 967 204 089
alvesjana.unip@gmail.com

TRABALHO

POR

NELSON DE CARVALHO

MÁRIO PISSARRA

LUÍS BARBOSA

TRABALHO: PARADOXOS

NELSON CARVALHO

Há uns anos cruzámo-nos com Françoise Meda. Foi em Abrantes, nas conversas e debates que aconteceram no âmbito do Festival do Imaginário. Na altura comprei um texto dela sobre o Trabalho: “O Trabalho, um valor em vias de extinção” (Fim de Século Ed, Margens, 1999). . Passei-lhe os olhos, descuidadamente. Talvez à época a temática não fosse demasiado presente na vida quotidiana para a considerar com estando na agenda das minhas preocupações.

Hoje retomei-lhe a leitura, preocupado com a essência e a caracterização da crise actual. Há ali uma reflexão fundamental, como em diversos outros textos de outros autores que anteciparam os problemas e a que não se deve ter dado a devida atenção. Sobretudo não terão dado atenção os políticos, os partidos, os gabinetes de estudo e prospectiva, os governos, os que estudam, concebem, formatam, propõem e decidem das políticas públicas.

A questão é simples. Vivemos - as nossas sociedades, a nossa civilização, o nosso modo de vida - sobre um paradoxo fundamental:

1. As últimas décadas, o último século, deram ao trabalho (a sua organização, a sua articulação com o conhecimento, a técnica, a tecnologia) uma produtividade nunca vista no passado. No último século os índices de produtividade cresceram vertiginosamente.
2. O progresso e os acréscimos contínuos na produtividade tiveram (têm) um efeito generalizado: a generalizada e sistemática redução / rarefacção do trabalho, quer dizer, do emprego. Quanto mais produtivo, menos trabalho sob a forma de trabalho assalariado, de emprego - quer dizer, mais desemprego.

Este paradoxo replica-se num outro, no plano das políticas públicas:

1. Os governos e os decisores políticos, confrontados pela desvalorização e escassez crescente do trabalho, são levados à definição e implementação de políticas para a produtividade, a competitividade, o crescimento e o emprego e estas políticas têm marcado, por todo o lado, as governações das últimas décadas.
2. As políticas públicas para a produtividade/ competitividade /crescimento /emprego revelam-se elas próprias políticas destruidoras de emprego. Quer dizer: as políticas públicas para o trabalho e o emprego são destruidoras do trabalho e do emprego.

Importa ler estes paradoxos sobre os quais funcionamos e “trabalhamos” em dois planos:

1. O plano global da evolução e transformação das sociedades humanas, da crise global que vivemos, da sua caracterização e das aberturas para a sua superação.
2. O plano do concreto da vida singular das comunidades, das organizações, das empresas, das pessoas que têm e não têm empregos, que têm ou que são privadas do trabalho.

Parece claro que vivemos uma sociedade onde a hiper valorização do trabalho provoca a desvalorização e a escassez do trabalho (do emprego).

Parece claro que se torna necessário questionar os fundamentos dessa sociedade: trabalho, valor, dinheiro.

Parece claro que é necessário desmistificar a ideia de que o trabalho (assalariado) é e foi sempre o fundamento das sociedades humanas, é e sempre foi o seu fundamento natural.

De facto as sociedades fundadas na organização social do trabalho assalariado são um facto recente dos últimos 200 anos. O pensamento de inspiração cristão, o humanismo contemporâneo, o marxismo, todos legitimam o trabalho como fundamento da sociedade e da vida humana. Todos proclamam o trabalho como a via de realização e socialização do humano, a essência do homem e das relações sociais. Naturalizado o trabalho como fundamento não podem responder à situação paradoxal enunciada, e devem ser sujeitos a um exame e uma crítica fundamental (crítica que aliás vem sendo feita): o trabalho não é o fundamento natural nem a essência do homem e das sociedades, é antes uma forma histórica da organização social. A partir dessa crítica é preciso prescrutar as linhas de força das mudanças que se anunciam e organizar a vontade, a ética, a política para a construção de novos caminhos e formas sociais que superem o paradoxo fundamental que enunciámos. No fundo, a partir dessa crítica é necessário responder à questão: podemos, e como podemos, construir uma sociedade não fundada no trabalho assalariado, no emprego, na criação de valor, na sua apropriação / privatização social sob a forma de dinheiro ? Se o trabalho, o valor, o dinheiro se revelam já não como fundamentos de uma organização social mas como os principais factores da sua desestruturação, disfuncionamento e crise, então é preciso pensar em novos fundamentos para as sociedades humanas.

Entretanto há as pessoas, a sua vida concreta, as comunidades e as suas organizações, as empresas - confrontadas todos e em cada dias com o facto da concorrência, da competição, da exigência da competitividade.

E as organizações e as empresas sabem uma coisa: para sobreviver e garantir trabalho e emprego têm que ser produtivas e competitivas, quer dizer, têm que destruir emprego ... e os trabalhadores assalariados que têm a sorte de ter emprego e trabalho sabem que têm que trabalhar mais e melhor e com isso destruir as hipóteses de outros terem acesso ao trabalho e ao emprego ...

Marx dizia que o capital concorre e compete em todo o lado e em todos os domínios pelo lucro. E dizia aos

trabalhadores: Uni-vos!

Hoje o capital continua a sua competição generalizada. Mas hoje os trabalhadores concorrem e competem de modo global e generalizado pelo trabalho e pelo emprego. E o trabalho vai para onde é mais produtivo, mais barato, melhor. À custa da rarefacção do trabalho para os outros e noutras latitudes.

Há duas coisas a fazer.

Uma: participar activa, empenhada e lucidamente na crítica global da nossa sociedade, na sua caracterização, na “adivinhação” prospectiva dos fios condutores para as portas e passagens das formas sociais do nosso futuro histórico próximo - e nos combates éticos e políticos por esse futuro.

Mas, como queria Platão, é preciso descer de novo à caverna e partilhar as penas, as agruras e as dificuldades dos homens.

Ajudar as comunidades, as suas organizações, as empresas, cada um no seu esforço pelo trabalho e pela criação de emprego - pela produtividade, pela capacidade concorrencial, pela capacitação para guardar e gerar empregos, pela competitividade que, sabemos, geram o que geram mas constituem, no imediato e na urgência da vida, o anseio e a sustentação de todos e da cada um - e as condições da sua liberdade e da sua dignidade.■

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO

MÁRIO PISSARRA

1.- Nasci e cresci numa família numerosa e no meio rural. Neste contexto, as crianças participavam nas atividades diárias: fazer recados, tomar conta dos mais novos, afazeres domésticos, etc. Como todas as crianças dos meios rurais e de famílias numerosas: dei de comer aos animais, tomei conta de irmãos mais novos, fui à lenha, semeiei, ceifei, apanhei fruta, plantei, reguei, etc. **Nunca ouvi considerar esta participação um trabalho.** Diria mesmo: era uma aprendizagem essencial e um instrumento de inserção na vida ativa e social. Uma aprendizagem responsabilizante, mas sempre iniciada por ver fazer tendo, por conseguinte, na imitação explicada e corrigida o seu grande alicerce. Uma verdadeira aprendizagem com o corpo todo e não apenas com a cabeça. Esta aprendizagem nada tem a ver, embora alguns a confundam, com a aprendizagem pelo trabalho ou em alternância. A emulação e o reforço positivo eram uma constante. Era comum ouvir os familiares mais velhos falar com orgulho dos mais novos pela sua autonomia e mestria no desempenho dessas tarefas.

2.- **Na catequese aprendi que o trabalho era o resultado da punição.** Tivesse Eva resistido à serpente e Adão sido mais firme perante a sedução desta e ainda hoje viveríamos no paraíso. **Sem trabalho!** Tudo estaria ao nosso alcance sem qualquer esforço. O mal não existiria. Também aqui começaram algumas dificuldades com o tema. Frequentava a casa de um padre, um pedagogo extraordinário, mas que me atormentava com o facto de participar nas atividades familiares da agricultura em certas épocas do ano ao Domingo.

O Domingo era dia santo de guarda, ponto final! Eu bem tentava contra-argumentar, pois a minha situação era ambivalente: aceitar os ensinamentos do senhor padre que muito prezava e admirava e obedecer aos meus pais. Um belo dia objetei: **mas os padres trabalham ao Domingo!** Explicou-me então que o trabalho era sinónimo de trabalho braçal e servil. O trabalho intelectual e o serviço à comunidade (bombeiros, saúde, policiamento, etc.,) não eram neste sentido considerado trabalho. Mais tarde ao recordar esta conversa ocorria-me sempre uma distinção entre **trabalhar** e seguir uma **vocação**. Uns trabalhavam, outros respondiam a um chamamento (vocação), um apelo (divino). Esta distinção analisada magistralmente por Max Weber, explorando a indefinição das suas fronteiras com o exemplo do cientista e do político, mantém-se atualmente. Sirva-nos de exemplo o desporto. Vocação? Trabalho? Profissão?

A minha primeira experiência de trabalho foi aos 12 anos. Não foi nenhuma ilegalidade ou crime, pois não havia legislação para o efeito. Fui trabalhar para a construção civil como servente. Era verdadeiramente um trabalhador, pois tinha um salário (oito escudos) e um horário a cumprir. Ao terceiro dia a mulher do patrão mandou-me ir apanhar ervas para os coelhos. Coisa que havia já feito n vezes na distribuição dos afazeres familiares. Recusei, pois achava uma ofensa ir apanhar ervas; não era digno de um verdadeiro ajudante da construção civil. Como não podia aceitar tal afronta, despedi-me e exigi que fossem feitas as contas. Afinal, apanhar erva para os coelhos era ou não um trabalho? Dúvidas e incertezas que ainda hoje me acompanham em relação a muitas atividades.

Educação, por exemplo. Feita por um profissional é trabalho. E se forem os pais? Contratamos um fotógrafo profissional, mas admiramos as fotografias de um amador. O trabalho só existe se existir uma qualquer forma de pagamento? Terá alguma relação com a qualidade do produto/obra? O voluntariado é trabalho? Que critério(s) permite(m) classificar objetivamente a mesma atividade como trabalho e como hobby?

3.- O estudo da História permitiu-me descobrir com os Gregos que afinal o castigo ou a punição do trabalho não era para todos. **O verdadeiro cidadão grego desprezava o trabalho.** O trabalho, feito pelos escravos e pelas classes mais baixas, garantia um ideal de vida ao cidadão de viver do ócio, participando na vida política (da pólis), discutindo no espaço público por excelência -- a ágora. O verdadeiro trabalho, o trabalho constante, o trabalho castigo era o do escravo. E também o de Sísifo. A ambos **se associa a privação da liberdade.** A primeira liberdade é espacial e política (intervenção nos debates sobre a vida na cidade). Mais tarde vim a descobrir que muitos povos estudados pelos antropólogos não possuíam uma palavra correspondente a trabalho. Muito nos separa das sociedades que exaltam o ócio e o desfrutar presenteiro da vida, com um ritmo lento e com tempo para tudo, desde que as necessidades básicas estejam garantidas. Pelo contrário, **a nossa sociedade, desde a aurora da modernidade, exalta o trabalho.** Sendo o trabalho uma força produtiva, a ociosidade só passa a ser valorizada em função do trabalho: apenas como condição para produzir mais, como interrupção do trabalho para recuperar forças para voltar ao trabalho. Neste sentido, a noção de progresso – um dos pilares – da modernidade escravizou o trabalho. Ironia das ironias: a modernidade que aboliu a escravatura mas manteve as colónias, que conquistou liberdades e inúmeros benefícios para o Homem mas permitiu, noutro sentido, uma nova forma de escravatura e quantitativamente mais numerosa.

Mais tarde, com o estudo da filosofia, compreendi a justificação desta forma de pensar dos Gregos, bem explicada no seguinte texto:

“Sob muitos aspetos, a visão aristocrática do

mundo que a Antiguidade Grega nos legou dominou largamente a Europa feudal até à Revolução Francesa. Impossível, por conseguinte, compreender o nascimento das morais meritocráticas, sejam cristãs ou republicanas, sem ter uma consciência suficientemente clara dos princípios fundamentais da ética aristocrática com a qual pretendiam romper. Três de entre eles sobressaem de maneira particularmente profunda e coerente.

O primeiro reside naquilo que designei como o cosmológico-ético, ou seja, a ideia de que o bem e o mal, o justo e o injusto encontram uma definição e critérios objetivos numa certa representação da harmonia cósmica: se a ordem natural das coisas é desigualitária e hierarquizada, a cidade justa deverá, também ela, refletir a hierarquia natural que existe universalmente (...). O segundo tem a ver com o facto de, nesta perspetiva, a virtude se definir, não como um ideal a realizar, um «dever ser», que suporia que se exercesse violência contra uma natureza renitente, mas, pelo contrário, como um prolongamento harmonioso das disposições naturais. O terceiro é uma consequência direta do segundo: se a virtude não é um combate contra a natureza, mas, pelo contrário, uma realização das disposições naturais, então é evidente que o trabalho, entendido como uma atividade que domestica a natureza em nós (trabalho «sobre si»), ou fora de nós (transformação do mundo), não poderia ser moralmente valorizado. Eis a razão pela qual o aristocrata, ou seja, em primeiro lugar aquele que é bem-nascido e bem-dotado, fornecido generosamente de talentos diversos pela natureza, se vai definir em primeiro lugar e sobretudo como alguém que não trabalha#”.

Assim se compreende que uns tenham de trabalhar outros não, que uns nasçam livres e outros escravos, que tudo esteja no seu lugar, que cada um ocupe um lugar na hierarquia social, etc. **Naturalmente!** A ordem do cosmos assim o determina. Para os Gregos a ambição pessoal foi sempre malvista. A hybris, a desmesura que a habita, tal como a moderna conceção de trabalho como condição de realização pessoal, faz com que se perca a noção do seu lugar natural. Esta ameaça à ordem cósmica atraiu sempre o castigo divino. Nem a arte poderia desafiar a ordem e, por isso, é concebida como imitação, mimesis.

4.- A minha geração viveu no que toca ao trabalho uma grande utopia: a sociedade/cultura do lazer. Esta utopia era alimentada pelos progressos tecnológicos, por um lado, e, por outro, pelos ideais emancipatórios da Escola de Frankfurt, divulgados por uma leitura apressada de Herbert Marcuse, pelos ventos do Maio de 1968 e pela libertação sexual inspirada em S. Freud e W. Reich. Outra forma mais folclórica destes ideais é vivida pelo movimento hippy. Como todas as utopias tinha tanto de generosidade quanto de ingenuidade, não lhe faltando uma dose de quanto baste de voluntarismo. Uma racionalidade para o novo estilo de vida que resultaria da desconstrução das diferentes formas repressivas de opressão (sexual, moral, religiosa, económica, política, etc.) e pela dedicação ao lazer que a redução do trabalho ao mínimo iria permitir. A racionalidade económica, com as suas mil e uma astúcias, mais uma vez, recuperou parte destes contestatários e integrou-os no sistema. Esta nova filosofia de vida, pura utopia é certo, não garantiu a sua viabilidade, pois tal projeto necessitaria:

- 1) Uma distribuição solidária do trabalho, ultrapassando um dos pilares do pensamento moderno: o individualismo. O trabalho foi a forma mais comum de o indivíduo buscar **a sua realização pessoal através do sucesso profissional**. Ainda hoje, apesar das múltiplas crises, a hipótese de redistribuir o trabalho por todos, dado o desemprego estrutural em que vivemos, é uma hipótese descartada à partida. O individualismo e a perda de rendimentos de alguns não são as únicas resistências como veremos mais adiante.
- 2) Uma desmistificação do trabalho, o qual graças à tecnologia, já não teria que ser a principal ocupação da vida. Não nos podemos esquecer que continuamos a proclamar: o trabalho é um direito (só não consideramos este direito sagrado porque vivemos numa sociedade que se diz laica); é a maior atividade, de facto ou desejada, de qualquer cidadão; sem trabalho ninguém pode aspirar a ser nada; é a base da autorrealização, do reconhecimento social e do autorrespeito. Para muitos dos nossos contemporâneos a perda do trabalho é a maior tragédia existencial pessoal e familiar.
- 3) O livre desenvolvimento da personalidade pelo

aproveitamento do tempo libertado do trabalho e as múltiplas dimensões da emancipação pessoal assentaria numa autonomia e liberdade pessoais e não, como veio a acontecer, recuperados sob a forma das indústrias e comércios do lazer. Outros passaram a ter trabalho ao organizar e explorar o tempo de lazer. Como sempre: a racionalidade da vida e a racionalidade económica não coincidiram. Urge inverter a situação: a economia tem de estar ao serviço da vida e não o contrário. A racionalidade económica, pela sua própria natureza, jamais será emancipadora e libertadora. Sem esta inversão dificilmente conseguiremos repensar e pensar de modo novo o trabalho e o seu lugar na vida. Só assim humanizaremos o trabalho e combateremos os workaholics, essa praga de indivíduos hiperativos que só vivem para o trabalho. Para estes viciados do trabalho, todos os outros valores e dimensões da vida individual e social são esquecidos ou remetidos para um tempo que nunca existirá.

5.- O catolicismo só recentemente teve um olhar mais positivo sobre o trabalho, inserindo-o na teologia da criação e na valorização do mundo terrestre. Pelo trabalho o homem colabora com Deus na criação. Este olhar positivo sobre o trabalho, não o mantendo exclusivamente ligado ao castigo, herança do pecado original, muito deve a Chenu e ao Vaticano II. A teologia protestante revalorizou logo desde muito cedo o trabalho. A conhecida tese, mais repetida que compreendida e analisada, de Max Weber que liga o capitalismo à ética protestante, sobretudo de inspiração calvinista, só se compreende à luz da teologia dos sacramentos. Olhar para os países capitalistas e mais avançados, prefiro dizer ricos, do norte da Europa (mais Canadá e USA) e os países do sul/mediterrânicos (e América latina), mais atrasados, prefiro dizer pobres, e verificar que os mais desenvolvidos/ricos são protestantes e os menos desenvolvidos/pobres são católicos é uma mera constatação factual e de coincidência geográfica. Mas uma coincidência ou correlação estatística não é o mesmo que uma relação de causalidade. E o famoso sociólogo estabelece uma relação de causalidade. Todavia, ele não considera a ética protestante como causa única. Muitos antes dele haviam chamado a atenção para a relação do

capitalismo nascente com a usura, sublinhando a condenação da Igreja e aprovação da religião judaica.

Mas que tem tudo isto a ver com o trabalho e a teologia dos sacramentos? A Igreja Católica defende que após o batismo, uma vez apagado o pecado original, a salvação depende das obras que o homem pratica. Como é pecador, se se arrepender, pela confissão e pela prática das boas obras pode salvar-se. Os protestantes negaram alguns sacramentos, entre eles o da confissão. Quem nos salva é só a fé (*sola fides*). Como sei se estou salvo, se esta não depende das minhas ações? A questão agrava-se ainda com a aceitação calvinista da predestinação. Se estou pre-destinado à condenação nada do que eu faça pode alterar o resultado. Seja o que for que a predestinação me reserve, eu só posso tentar ser cristão e viver atormentado pela incerteza. Ou será que tenho um sinal que me pode apaziguar? Não a fé porque nunca sei se tenho a suficiente. É aqui que entra o trabalho e a relação da ética do trabalho com o capitalismo. O sinal é o êxito económico. O êxito económico consegue-se através do trabalho. O resultado do trabalho não é para ser gasto/fruído, mas Investido. Logo, quanto mais trabalho/produzo, mais posso investir e quanto mais êxitos tenho nos meus investimentos mais sinais tenho de ser abençoado por Deus. Por conseguinte, **para o católico o trabalho é uma punição; o protestante assume o trabalho como um dever.** O dever como obrigação interiorizada não precisa do outro que me vigia e obriga a trabalhar. O rigorismo e puritanismo só ajudaram e acentuaram esta vertente. Para concluir este aspeto:

- a.- pela mão do cristianismo a ética aristocrática dá lugar a uma ética igualitária e pela mão do protestantismo a uma ética meritocrática;
- b.- a dignidade de um homem não depende dos seus dons naturais, das suas aptidões ou da posição que a natureza lhe reserva, mas da liberdade e vontade da pessoa;
- c.- o trabalho deixa de ser uma punição, uma atividade servil e desprezível para se tornar um instrumento de humanização e realização do homem;
- d.- esta visão escancara as portas ao capitalismo e à laicização;
- e.- o fundamento de tudo já não é a Natureza/Cosmos, mas Deus; mas isso irá permitir que

num futuro próximo se proclame o Homem como fundamento. Essa obra começa com a laicização da ética em Kant (filósofo protestante que alicerça a ética na razão).

6.- Dois pensadores fundamentais sobre o trabalho são Hegel e Marx. Para Hegel o trabalho é mais do que a simples produção de riqueza. É fundamentalmente uma atividade através da qual o homem projeta à sua volta um ambiente humano e ultrapassa os dados naturais da sua vida. Seja qual for o trabalho (manual, técnico, científico, de criação artística, organizacional, etc.), trabalhar é sempre tornar o mundo do homem mais habitável para o homem. O trabalho é um instrumento para materializar o espírito e para o espírito dominar a matéria. Neste sentido o trabalho é expressão da essência do Homem. Com efeito é pela obra – produto do trabalho – que o homem se exprime, se manifesta, se exterioriza e se realiza e assim se afasta da sua solidão interior e se torna útil aos outros. Este olhar positivo sobre o trabalho sublinha como constituinte deste a sua dimensão social. O homem já não se compreende a si mesmo sem referência ao trabalho. **Em síntese:**

- a.- o trabalho é formador da consciência;
- b.- o trabalho é condição de autorrealização;
- c.- o trabalho é condição de sobrevivência, de humanização, de autoestima, de integração social e de utilidade social.

Contudo o trabalho **pode alienar** o homem em vez de lhe permitir a sua realização, a sua autonomia e a sua liberdade.

Marx vai abandonar a noção de trabalho enquanto atividade espiritual, isto é, objetivação do espírito. Esta inversão pode condensar-se na afirmação: são as condições materiais que determinam a consciência. O trabalho assalariado e a concentração do capital constituem as determinações materiais da sociedade capitalista. Por outro lado, Marx herdou de Hegel um conceito de trabalho cujo modelo é profundamente artesanal e técnico. Na linguagem de Hannah Arendt, o trabalhador é o *homo faber*. Mas a sociedade capitalista é, também ela, um momento histórico transitório. Cada momento histórico é determinado pelas condições sociais e estas, para Marx, mais não são do que relações de

produção. Acontece, porém, que entre o trabalho assalariado e o lucro do capital há um antagonismo inconciliável. Todavia este antagonismo esconde uma interação: «o capital supõe, pois, o trabalho assalariado, o trabalho assalariado supõe o capital. Eles são a condição um do outro, criam-se mutuamente». Existe assim entre capital e trabalho assalariado um conflito irredutível, aprofundado e radicalizado pela sua dependência mútua. Esta visão da relação trabalho capital vai ter consequências políticas duradouras e marcantes em todo o século XX. É óbvio que, tal como na dialética do senhor e do escravo, a libertação só será possível se se romper esta dependência mútua. Numa sociedade diferente da capitalista, Não se pense que o capitalismo foi um problema só para Marx e os marxistas. «O capitalismo constitui um problema para muita gente e gente muito diferente entre si: para crentes religiosos, em geral, o capitalismo desvaloriza o essencial da nossa existência, os deveres morais, em nome da eficácia económica; para o pensamento político revolucionário, ele é uma forma de aprisionar em condições económicas controladas por um grupo (os capitalistas, detentores do capital) a generalidade da população e, assim, de manipular os seus interesses legítimos e até a sua própria consciência; para o poder do Estado, como a atual crise da dívida soberana mostra, ele é uma força de poder quase incontrolável, regido por leis próprias e sem consideração por quaisquer interesse que não os seus.

E para todos nós, claro, o capitalismo representa o risco: risco que o capital dos outros atrapalhe as nossas opções, risco que o nosso capital seja delapidado#». Não é ironia que esta citação seja extraída de um livro de filosofia sobre futebol. Numa sociedade capitalista a racionalidade económica invadiu praticamente tudo e impõe as suas leis e regras (do futebol ao sexo, do trabalho ao lazer, da educação ao turismo, da saúde aos meios de comunicação social, etc.). O que ficou por mercantilizar?

O trabalho assalariado introduzido pela industrialização não visa a satisfação das necessidades mas a produção de coisas; depende de uma organização regulada a partir de fora sem qualquer sentido para o trabalhador. O trabalho

não vale por si mesmo, mas só pelo salário que se recebe em troca. Esta mercantilização é alienante e desumana. O trabalhador deixa de pertencer a si próprio, perde a sua liberdade, a sua autonomia e vontade própria, pois vê-se forçado a vender a força do seu trabalho para subsistir. O canto da sereia não habita o trabalho, mas o consume que o salário permite. O desejo que motiva o consume é insaciável porque é desejo. É este afã de consumir que nos torna cada vez mais escravos do trabalho. A mercantilização não se ficou, obviamente, pelo trabalho. Quase tudo foi reduzido a mercadoria. Já nem sequer nos chocam expressões como: «o jogador x foi comprado/vendido, pedem/oferecem por ele, y».

7.- As alterações às visões do trabalho ao longo dos últimos três séculos não se podem desligar das alterações sociais, políticas e económicas. Além disso estão profundamente fecundadas pelos progressos da ciência e da técnica. São disso exemplo as chamadas revoluções industriais e tecnológicas. Ficou-me sempre gravada na memória a leitura de notícias das primeiras lutas dos trabalhadores contra as máquinas (destruíram-nas) porque diminuía os postos de trabalhos. Parece irónico: o homem trabalhou arduamente ao longo destes séculos para diminuir o trabalho. Não foram apenas o esforço e o cansaço que diminuiram; quanto mais se automatizaram as funções mais postos de trabalho desapareceram. Basta olhar à nossa volta e ver as consequências da informatização dos serviços.

Trabalhar para diminuir o trabalho é um bom exemplo dos discursos antagónicos que pululam nas nossas sociedades sobre o trabalho. A proclamação do direito ao trabalho não passa de uma quimera. Quem pode garantir esse direito? O trabalho não se cria, geralmente, por decreto. Proclama-se o fim do pleno emprego e convidam-se as pessoas a criar o seu próprio trabalho. Fala-se em novos nichos de emprego e esconde-se que cada vez vão aumentando mais os que já não conseguem viver do seu trabalho. Convidam-nos constantemente a procurar o que sabem não existir. Em ruído de fundo os críticos ingénuos continuam a gabar os velhos tempos (os seus, naturalmente, em que os homens

eram verdadeiras formiguinhas trabalhadoras) e criticam o presente (em que uns tantos não querem trabalhar e se comportam autenticamente como as cigarras).

A mundialização/globalização foi uma cartada forte e destruturante no mundo do trabalho. Também aqui as ilusões se perderam: o desemprego estrutural não para de crescer, os postos de trabalho perdidos por causa das crises jamais são recuperados. Como iremos viver numa situação destas? É minha convicção que estamos a chegar a uma situação que é inadiável, por uma questão de sobrevivência, repensar a economia, a política e o trabalho. Por imposição de sobrevivência. Por necessidade vital.

Os sociólogos ajudam-nos a compreender a nossa situação recorrendo a três imagens para ilustrar a evolução do trabalho e das nossas sociedades ocidentais: **estrutura em pirâmide, a estrutura em ovo e a estrutura em pirâmide invertida.** Uma sociedade cuja organização se visualiza através da **imagem duma pirâmide** corresponde à primeira fase da industrialização; predomina a manufatura; são precisos muitos operários sem grande especialização, muita mão-de-obra sem grande formação; é uma organização muito hierárquica e que tem muito poucos no topo; muitos ganham muito pouco e os salários vão subindo à medida que vamos subindo na escala hierárquica; esta estrutura corresponde ao período das grandes unidades fabris e das manufaturas. **A estrutura social em ovo** corresponde ao desenvolvimento do sector terciário e dos serviços; agora a grande maioria das pessoas distribui-se pelo corpo do ovo e isso corresponde ao grande desenvolvimento da classe média; nas extremidades do ovo ficam de um lado os mais desfavorecidos e na outra os gestores, os quadros, superiores, as profissões liberais, etc.; temos duas minorias nas extremidades e uma enorme maioria na classe média cujo crescimento correspondeu também ao crescimento do Estado social e ao crescimento da escolarização. A especialização e a criação de novas profissões têm um terreno propício nesta fase de desenvolvimento da sociedade. As tecnologias da comunicação e a mecanização do trabalho intelectual aceleraram a passagem para uma estrutura de pirâmide invertida em que: na base o número de desempregados, de trabalhadores precários ou à

espera de entrarem no mercado de trabalho não para de crescer; chegou a hora de manufatura dar lugar à cerebrofatura, isto é, o trabalho desmaterializou-se e intelectualizou-se; há muito trabalho, mas para muito poucos; a competitividade atingiu um nível tal que uma parte significativa de pessoas já não reúne condições para entrar em competição; pequenas empresas de «cérebros», flexíveis, móveis, desterritorializadas e em rede; a alguns, poucos, não falta trabalho e têm rendimentos significativos; uma sociedade onde existe uma verdadeira caça aos cérebros e são estes pequenos núcleos que garantem o sucesso na competitividade. O trabalho ganha valor por ser um bem raro, precioso, mas precário.

Se esta análise for correta e a tendência for de facto esta, como parece ser o caso, **como viverão e de que viverão os outros? Como viver sem ter no trabalho a fonte de rendimento? Se a maioria não tiver trabalho e poder aquisitivo a quem se venderá o que se produz?** A racionalidade da vida, a busca de uma vida razoável, prudente e sustentável, obrigará a repensar as bases, e por conseguinte também o trabalho, em que assenta o modo de vida dos últimos séculos.

8.- No século XIX o trabalhador vendia a força do seu trabalho. Essa força era contabilizada em tempo. Hoje o trabalhador vem de competências e estas não se contabilizam de modo privilegiado pela duração temporal, mas pela eficácia técnica da resolução de problemas. Ou melhor, capacidades continuamente melhoradas. O novo trabalhador tem de ser alguém sempre disponível para aprender e inovar, que se atualiza constantemente. As competências/potencialidades, bem como a sua atualização, a inovação e a criatividade reveladas em contextos diferentes são sempre mais difíceis de avaliar que a força do trabalho. Este problema era exclusivo do domínio artístico, mas é hoje uma realidade de peso em muitos sectores da economia. Como definir o salário deste trabalho intelectual mediatizado pelas TICs.? O trabalhador deixou de manipular a matéria para interpretar dados formais fornecidos por aparelhos, manipular símbolos e decidir em conformidade. A polivalência e a formação de banda larga, assim como a flexibilidade adaptativa a novos

contextos são agora a regra. O facto de as tarefas serem mecanicamente assistidas não lhes rouba nem a sua dimensão predominantemente abstrata nem intelectual. Esta é apenas uma linha de reflexão que privilegia a dimensão intelectual e técnica na abordagem do trabalho.

Michel Maffesoli segue numa direção bem diversa. Segundo este sociólogo as transformações das últimas décadas tornam evidente uma realidade incontornável: o trabalho já não é um valor essencial. A sua reflexão é anterior às recentes crises. Para ele, embora o desemprego seja normalmente sentido como um mal, um número crescente de jovens não deseja um emprego estável. Conforma-se e até aprecia um vaivém trabalho-desemprego. Estes jovens recusam a ideologia produtivista típica do homo economicus. O ideal destes jovens é substituir Prometeu por Dioniso. O rigor, a perfeição, a virtude dão lugar a um ambiente hedonista, a uma animalidade serena e uma selvajaria latente. Cultiva o culto de uma pessoa plural, habitada por forças contraditórias e desejos antagónicos. Os novos tribalismos dão guarida a estes ideais.

As feministas navegam noutras águas. Tal como em relação à ética, em relação ao trabalho a mulher tem uma experiência acumulada que lhes permite pensar quer uma quer outra realidade de uma nova perspetiva. No caso da ética, elaborada sempre por homens e por conseguinte machista, poderá ser pensada como ética do cuidado e não do dever, das consequências, etc. A mulher sempre cuidou dos filhos, dos doentes, do marido. O afeto que o cuidado implica lança novas luzes sobre o agir humano. O trabalho a tempo inteiro está a ficar antiquado ou impossível. Este, segundo Victória Camps, «decorre do modelo masculino de trabalhador como único sustento da família. Conseguiu-se a jornada de oito horas quando metade dos cidadãos não tinha um trabalho remunerado. Alterada essa circunstância, o tempo laboral completo por parte de todos e de todas é tão incompatível com o pleno emprego como as obrigações familiares». Futuramente o trabalho poderia ser pensado tendo por modelo múltiplas atividades da mulher, «É um modelo mais de acordo com o «tempo reprodutivo» e mais afastado desse «tempo produtivo» que os homens moldaram à sua medida. A flexibilidade profissional, o tempo parcial e,

até, a ocupação pós-reforma são características que sempre acompanharam o trabalho que as mulheres têm desejado para si.»

Não atribuo grandes potencialidades ao discurso com que diariamente sou bombardeado e que podia resumir assim: os nossos jovens para encontrar trabalho, não devem pensar em ser bons profissionais, mas sim em ser empreendedores; é necessário inventar novos serviços, criar empresas, novas maneiras de trabalhar; as profissões para a vida inteira desapareceram; ninguém poderá ter a pretensão de começar a trabalhar e vir a reformar-se na mesma empresa; o trabalho do futuro é mais versátil, mais móvel, exige muito mais flexibilidade e capacidade de adaptação. Puros truísmos que não alteram a realidade.

Para terminar estas notas, gostaria de fazer duas observações: embora acredite que as sociedades não voltarão a ser de pleno emprego tenho dúvidas da possibilidade de uma redistribuição equitativa do trabalho e sobretudo dos seus rendimentos. Também não consigo visualizar as propostas que assentam na desvinculação da subsistência do indivíduo do trabalho. A existência de um rendimento médio de cidadania para todos os maiores de 18 anos, independente da posição que o indivíduo ocupa no sistema produtivo, ainda não se tornou para mim nem clara nos contornos nem a sua exequibilidade possível.

Num certo sentido fui duplamente um felizardo: sempre tive trabalho e quase consegui seguir Confúcio quando afirma: «escolhe um trabalho que ames e não terás que trabalhar um único dia em tua vida». ■

O MUNDO COMO ORGANIZAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES NO MUNDO

(O ESTAR DO HOMEM NO MUNDO E O ESFORÇO ÉTICO COMO EXERCÍCIO DERRADEIRO)

LUÍS MARQUES BARBOSA

Introdução

O Mundo é, quer queiramos quer não a primeira organização que constrange o ser humano. As outras vêm depois. A afirmação é peremptória e não carece de demonstração. Porém, pese embora a força da verdade anterior, facto é que muitos humanos nascem, vivem e morrem sem que da mesma se apercebam. Se a verdade anterior é universal a última afirmação, pela evidência da sua constatação, pode bem dizer-se constituir-se quase um axioma. A problemática é, quer queiramos quer não, profundamente ética. Por isso achamos que um dos problemas que a cultura actual contempla é o facto de muitos pensarem que as organizações (as empresas são organizações) são as estruturas mais importantes onde o ser humano se movimenta. Erro grave, já que, por via desta perspectiva simplista esquece-se que todo o humano, antes de privar nos contextos das organizações, esteve sujeito à vivência no interior da família e que, antecedendo esta, o Mundo em sentido lato foi, e continua a ser, a organização mais constrangedora do estar na vida. Assim sendo procurar enquadramentos éticos dos diversos procedimentos que se queiram levar à prática, esquecendo os dois enquadramentos anteriores, é no mínimo, atitude redutora. Bom será então que ao procurar-se estabelecer a dimensão do cenário de fundo de um qualquer paradigma ético se pense, tanto na extensão da dimensão natural que o delimita, como na profundidade que a mesma contempla.

Função do que acima deixamos expresso, os textos que procuramos construir e que suportam normalmente os nossos seminários orientam-se para a problemática da ética aplicada às empresas. Repare-se que dizemos *ética aplicada às empresas* e não *ética empresarial*, como em muitos sítios ouvimos dizer. A razão é simples. É que sendo a ética um patamar de valores fundadores de toda a relação do ser humano com o universo que o rodeia não faz sentido que o fraccionemos para que, ao jeito de cada um, o delimitemos a prazer. Ao invés, o que dizemos é que o exercício deve ser executado no sentido inverso procurando que toda actividade humana, seja ela empresarial ou outra, se veja enquadrada nesse plano universal de fundo. Assim sendo o exercício tem de contemplar o apelo a saberes diversos. Claro que apelar ao conhecimento que temos hoje do chamado comportamento organizacional é essencial. Mas se na sequência do que se disse o que importa é enquadrar as múltiplas formas segundo as quais homens e organizações se comportam num padrão ético de referência, como evitar trazer à colação o muito que hoje conhecemos sobre o desenvolvimento humano, e por fim como contemplar o encaixe da dupla matriz anterior numa problemática ética de fundo ignorando o que, ao longo dos tempos, muitos e diversos filósofos nos disseram sobre a sabedoria de recorrer à filosofia para melhor decidirmos o que fazer e como fazer?

Ideias - força

Dir-se-á então que, em extensão, a Ética não pode nunca ser algo de periférico à actividade humana já que todo o estar do indivíduo no mundo implica ganhar a sabedoria que esta relação contempla. Em profundidade, porque é imperioso que se entenda que sendo todo o humano uma construção, o ponto mais fulcral onde radicam todos os valores que a cada um servem de esteio, dependerá sempre da profundidade de um Eu individual que é sempre resultado da interacção de três variáveis essenciais: *A Educação que se recebe, a Formação que se adquire e a Cultura que se intui*, ou seja dos modos de ser que ao Ser pertencem. Claro que aqui vale a pena desde já dizer que sendo a concepção, implementação e organização de empresas um exercício que a limite decorre dos comportamentos humanos, incluímos nessa actividade, dita humana, todo o complexo emaranhado de problemáticas em que se inscreve o *chamado comportamento organizacional*.

Uma consequência do que se disse se pode desde já retirar: Se o ser humano está condenado a ser um animal de relação, todo o comportamento organizacional decorre desse desiderato. Em extensão uma outra consequência decorre da anterior: Se a relação humana é fruto de interacções privilegiadas entre cada um e um outro que está a seu lado, é então o *exercício de nos tornarmos extensíveis* que mais interfere na organização de toda a nossa actividade, mesma quando esta se orienta para a construção de estruturas organizacionais. Assim sendo uma terceira consequência é possível extrair: Se a organização da extensibilidade anterior é o *modo de ser* dominante do estar do Homem no Mundo, então retire-se que por via disso qualquer indivíduo ao viver obrigado a organizar permanentemente aquilo a que chamamos “Extensibilidade de si” impõe que mesmo o acto de conceber, implementar ou organizar organizações vive condicionado à determinação anterior. Nas nossas obras definimos esta extensibilidade do seguinte modo:

A “Extensibilidade de Si” é concebida por nós como exercício prático que a mente exige ao cérebro quando o nosso Eu se estende interactivamente no sentido de se ligar ao Mundo, seja através do Nós ou seja através da transformação dos objectos em objectos /objectivados”.

(Barbosa, L.:Desenvolvimento Humano e Profissionalidade: Lisboa, u.i.&.d.e./Editora Âncora, 2010, pág. 55)

Nota: Objectos/objectivados são os objectos (físicos, psíquicos ou transcendentais, logo fenómenos) que por vontade própria, e intenção pessoal expressa, o homem resolve tornar como seus.

Valendo a pena referir que a aquisição desta extensibilidade impõe a transformação de capacidades de desempenho orientadas para a realização de tarefas, em competências de acção orientadas para desígnios, não só profissionais ligados à necessária aquisição de bens materiais, mas também filantrópicos, altruístas e cooperativos, é interessante dizer também que sendo ela que provoca a união dos sentimentos e das emoções com que o Homem engendra a sua relação cósmica com o Mundo (quer quando se orienta para contextos mais abstractos, quer quando em causa está privilegiar outros mais concretos) é ela que o obriga a timbrar com valores, não só a vontade em agir, como a intencionalidade de realizar objectivos, e ainda as buscas pelos sentidos das acções.

Rejeitar que a dimensão anterior seja profundamente ética! Como é possível? Uma afirmação nos parece clara: a dimensão humana anterior é complexa e uma inferência nos ocorre desde já: qualquer entendimento do que seja este humano a evoluir no interior das organizações, tem de ser eticamente pensado, e com cautela. Na inversa uma outra conclusão retiramos: as organizações onde este ser humano evolui também são complexas, e na mesma linha de raciocínio é possível dizer-se que concebê-las e implementá-las tem de ser empreendimento ético criterioso. Três perguntas podem desde já ser efectuadas: O que se entende pelo humano a que acima nos referimos? O que se entende por organização enquanto espaço onde o mesmo evolui? Qual o cenário ético onde se entende que o primeiro e a segunda devam evoluir?

Ora segundo o Dicionário Enciclopédico, “*organização*” é um acto ou efeito de organizar e constitui a maneira como as partes que compõem um ser vivo se acham dispostas para organizar certas funções. Mas para Schein (Psicologia das Organizações, p12):

“Organização é a coordenação planeada das actividades de uma série de pessoas para a consecução de algum propósito ou objectivo comum, explícito, através da divisão do trabalho e funções e através de uma hierarquia de autoridade e responsabilidade”.

Se a problemática relacional é aqui sem dúvida muito complexa a ética não o é menos até porque, a organização da tal extensibilidade, aparece como factor condicionante e apriorístico. Algum cuidado nos parece necessário se quisermos avançar na reflexão. Porquê? Porque levantando-se o véu da

necessidade de analisar as questões da relação, rapidamente se escorrega para o mais fácil, que é cingir as questões a estudar às temáticas mais comuns da comunicação. Fazê-lo não está propriamente errado. Porém, se a preocupação é destapar o que de ético se esconde por de trás das questões suscitadas bom é que o esforço tente, em primeira instância, trazer desse enquadramento aquele que o mesmo merece. Questão simples na sua enunciação mas complexa na sua compreensão. O texto aponta para que façamos a reflexão pensando a ética como finalidade última para que deve tender todo o comportamento humano, ou seja, pensar em algo que se entende como coisa de fim de um percurso já empreendido. Pressupondo-se então que do mesmo se tenha segura convicção e respostas bem precisas para as primeiras perguntas. Será assim? Será que ao pensarmos nesta finalidade que a todos constrange temos dela seguro entendimento? Façamos a experiência e coloquemos a nós as primeiras questões. Falando de ética será que temos resposta fácil para a pergunta: *o que é Ética?* E mesmo se conseguirmos responder de forma mais ou menos encartada será que somos capazes de perceber como a resposta à pergunta anterior advém do facto de serem os imensos *problemas quotidianos* que estão na base da necessidade de enquadrar as nossas acções em códigos de valores que pensamos superiores? Quais são esses problemas centrais? Será por fim que muitos de nós tem claro entendimento que as organizações se montam para ajudar a humanidade a dar as necessárias respostas às questões anteriores? E em extensão faz-se com facilidade a ligação entre as problemáticas anteriores e a razão de ser daquilo a que chamamos *função social das empresas*?

O texto agora construído é pensado para servir de detonador de relações a estabelecer no interior de grupos particulares de pessoas eventualmente interessadas em reflectir nas questões propostas. Pensado com critério, foi organizado com o objectivo de despoletar primeiras interrogações face a uma problemática que pensamos complexa. O seu desenvolvimento, dependerá contudo do interesse com que leitores e eventuais participantes alimentarem as necessárias discussões.■

O TRABALHO ESTÁ A MUDAR E NADA SERÁ COMO DANTES

ALVES JANA

Lynda Gratton é professora na London Business School e consultora de empresas na Europa, Estados Unidos e Ásia. O *Financial Times* classificou-a como “a guru de gestão com maior probabilidade de ter um impacto no futuro”. E no ano passado publicou esta obra onde prospectiva o que será o trabalho em 2025, portanto dentro de apenas 13 anos.

Para isso, olhou o mundo procurando nele as principais forças que estão a dominar o movimento que lhe dá e dará forma. E detectou cinco: a tecnologia, a globalização, a demografia, os recursos naturais e os reflexos sociais. A partir daí, pensou dois cenários. Um, resultante da acção determinista destas forças, ou seja, do que resultará se apenas deixarmos as coisas acontecerem como se preparam para acontecer. Outro, se actuarmos de forma inteligente para inflectirmos a marcha das coisas no sentido do que pretendemos que aconteça.

E fá-lo não através de elocubrações gerais e abstractas, mas sobretudo de forma muito concreta, isto é, imaginando as vidas concretas de pessoas concretas nesse mundo de 2025, já próximo. No seu ponto de vista, “temos de perceber o futuro do trabalho porque precisamos de nos preparar e precisamos de preparar outras pessoas” (p. 16). E essa necessidade é tanto mais imperiosa quanto “o que estamos a testemunhar agora é um rompimento tão significativo com o passado como o que aconteceu no final do século XVIII e início do século XIX, quando partes do mundo começaram o longo processo de industrialização.” (p. 19) Trata-se de um daqueles livros que nos obrigam a pensar no mundo real em que vivemos, e a repensar algumas das ideias adquiridas sobre ele.

Afinal, a nossa escola está a preparar os seus alunos para ontem ou para 2025? E os nossos responsáveis políticos estão a gerir a crise de modo a regressar a um tempo que já não volta ou a preparar as nossas estruturas sociais para o que aí vem e a dar-lhe a forma de desejada? E que forma? E as nossas empresas estão a resistir à crise ou à mudança? E eu, que papel faço no meio disto tudo?

Ou seja, trata-se de uma leitura urgente para todos quantos se preparam para estar vivos em 2025 e para quantos, pais ou professores, gestores ou políticos, têm responsabilidades na configuração do mundo que já nos bate à porta através das transformação que a ele vão levar. Alguém fica de fora? ■



Lynda Gratton,
**A Mudança: o futuro
do trabalho já chegou,**
Texto Editores, Lisboa,
2012, 438 pp.

“DESTA VEZ, A MUDANÇA NÃO É O RESULTADO DE UMA ÚNICA FORÇA, MAS ANTES A COMBINAÇÃO SUBTIL DE CINCO FORÇAS – AS NECESSIDADES DE UMA ECONOMIA COM POUCO CARBONO, AVANÇOS RÁPIDOS NA TECNOLOGIA, GLOBALIZAÇÃO CRESCENTE, ALTERAÇÕES PROFUNDAS NA LONGEVIDADE E NA DEMOGRAFIA E IMPORTANTES MUDANÇAS SOCIAIS QUE, JUNTAS, TRANSFORMARÃO FUNDAMENTALMENTE UMA GRANDE PARTE DO QUE TOMAMOS COMO CERTO EM RELAÇÃO AO TRABALHO. “NÃO SÃO APENAS AS NOSSAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E HÁBITOS NO DIA A DIA QUE MUDARÃO TÃO DRASTICAMENTE. O QUE TAMBÉM MUDARÁ É A NOSSA CONSCIÊNCIA DO TRABALHO, DO MESMO MODO QUE A ERA INDUSTRIAL MUDOU A CONSCIÊNCIA DO TRABALHO DOS NOSSOS ANTEPASSADOS. A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL TROUXE UM MERCADO DE MASSAS PARA AS MERCADORIAS E, COM ELE, UMA REPROGRAMAÇÃO DO CÉREBRO HUMANO PARA UM DESEJO CRESCENTE DE CONSUMIR E PARA A ACUMULAÇÃO DE RIQUEZA E BENS. A QUESTÃO QUE ENFRENTAMOS AGORA É SABER COMO A CONSCIÊNCIA DE TRABALHO DOS TRABALHADORES ATUAIS E FUTUROS SERÁ TRANSFORMADA NA ERA DA TECNOLOGIA E GLOBALIZAÇÃO EM QUE ESTAMOS A ENTRAR. “O INEVITÁVEL É QUE, PARA AS PESSOAS MAIS JOVENS, O TRABALHO MUDARÁ TALVEZ ATÉ SE TORNAR IRRECONHECÍVEL – E AQUELES DE NÓS QUE JÁ FAZEM PARTE DA POPULAÇÃO ATIVA TRABALHARÃO DE FORMAS QUE DIFICILMENTE PODEM IMAGINAR.”

A black and white portrait of a middle-aged man with short, dark hair, wearing thick-rimmed glasses, a light-colored suit jacket, a white shirt, and a striped tie. He is holding a book in front of him, partially obscuring his lower face. The background is dark and out of focus.

NICOLAS GRIMALDI
é um filósofo francês
e deu um entrevista
à Philosophie Magazine
nº 61, Verão de 2012

NICOLAS GRIMALDI
é um filósofo francês
e deu um entrevista
à Philosophie Magazine
nº 61, Verão de 2012

NICOLAS GRIMALDI
é um filósofo francês
e deu um entrevista
à Philosophie Magazine
nº 61, Verão de 2012

é um filósofo francês
e deu um entrevista
à Philosophie Magazine
nº 61, Verão de 2012

FILOSOFIA NAS EMPRESAS EM TESE DE MESTRADO

Joana Sousa é licenciada em Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa e pós-graduada em Consultoria de Empresas e em Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Recursos Humanos. Tem 33 anos e é bancária de profissão. Além disso, tem várias iniciativas ou projectos na área da Filosofia Aplicada (ver ainda trabalho específico sobre os seus projectos). Mas no início deste ano defendeu no ISLA (Instituto Superior de Línguas e Administração), em Lisboa, uma tese de mestrado em Gestão de Recursos Humanos em que defende que a Filosofia tem um lugar nas empresas. Fomos ouvi-la, por mail.

Qual é o tema da tua tese de mestrado?

A minha tese visa cruzar a gestão dos recursos humanos (entendidos aqui como as pessoas que se encontram nas empresas e organizações) com a filosofia aplicada. O título da tese traduz isso mesmo: Da Filosofia Aplicada às necessidades filosóficas das pessoas, nas empresas e organizações (E/O) - justificação do papel do consultor filosófico.

Em que consistiu a tua investigação, o teu trabalho?

O objectivo do estudo visava investigar e defender a ideia de que as pessoas, no seio das empresas/organizações,

apresentam necessidades filosóficas. Através deste trabalho, procurei justificar a figura do consultor filosófico junto daquelas. Mais concretamente, o meu trabalho consistiu em elencar quatro necessidades filosóficas das pessoas e estudá-las no seio das empresas e organizações, justificando assim a existência de um consultor filosófico junto destas.

Que necessidades são essas?

Necessidade de inquirição/questionamento

Necessidade de diálogo vs escuta activa

Necessidade de perspectivas diferentes sobre a mesmidade

Necessidade de compreensão das convicções

Que pode trazer a Filosofia de novo nesse campo?

Ou seja, qual o papel do filósofo numa empresa ou organização? O filósofo poderá agir no sentido de criar sentido entre aquilo que as pessoas são e fazem nas empresas e organizações. Para isso, é fundamental saber «quem é» a empresa ou organização e para onde caminha.

O consultor filosófico parte para a empresa ou organização com o objectivo de compreender quem são as pessoas que se encontram por lá e de procurar saber se há sintonia entre aquilo que as pessoas esperam da empresa ou organização e o que a empresa ou organização espera das pessoas.

Por último, o filósofo pode fazer um trabalho com as pessoas (no âmbito empresarial) e com

as empresas e organizações no sentido de trabalhar aspectos ligados a áreas tão diversas como o departamento de recursos humanos, formação, consultoria, administração e marketing.

Isso é um desejo, uma possibilidade, ou está já a acontecer?

É um desejo e uma possibilidade – e por isso está a acontecer. Os gestores começam a integrar uma visão filosófica nas suas práticas.

Um dos modos de entender uma empresa do chamado sector lucrativo diz apenas que “uma empresa visa o lucro”. A Filosofia também visa o lucro?

Como se comporta face a esta necessidade de lucro?

A filosofia, diz-se, nasceu do ócio. O lucro, por sua vez, está sempre associado ao negócio. Serão coisas incompatíveis: a filosofia e o negócio? Não. O profissional da filosofia poderá lucrar com a sua actividade filosófica e contribuir para que a empresa onde trabalha se apresente com resultados lucrativos – desde que a ética não seja menosprezada face ao lucro em si mesmo.

Uma das características do mundo ocidental neste momento é a crise económica e a necessidade de ganhar competitividade. Face a isso, está

a verificar-se uma reconversão empresarial que alguns caracterizam como “apenas à custa dos trabalhadores”: despedimentos, diminuição de benefícios e mesmo de ordenados, aumento das horas de trabalho, etc. Como é que a Filosofia convive com isto? A filosofia lida, fundamentalmente, com questões de sentido – e é nesse âmbito que poderá ser uma mais valia para todos o convívio com as práticas filosóficas (dentro e fora das empresas e organizações). A filosofia permite-nos o acesso a ferramentas do pensar que nos permitem procurar alternativas, questionar o que se está a passar,



tomar decisões. São, muitas vezes, ferramentas simples, ao alcance de qualquer um de nós (pelo facto de qualquer um de nós ter capacidade para pensar e reflectir).

No fundo, o trabalho da filosofia dentro das empresas é complementar, é performativo, é de contra-corrente... é o quê? É isso tudo. Complementar, performativo, contra-corrente. E integrador. Mas uma integração que permite a visão do todo. A mais-valia da consultoria filosófica passa pelo facto de se desenrolar de forma a que as pessoas, nas empresas e organizações, ganhem autonomia no processo de pensamento. A filosofia aplicada revela aqui, como noutras áreas em que é desenvolvida, um carácter eminentemente preventivo e proactivo: não recorro ao filósofo apenas e somente quando registo um problema, mas sobretudo para explorar questões relacionadas com possíveis situações com as quais possa ser confrontado no âmbito da minha actividade profissional. A filosofia aplicada não se constitui, na sua essência, como um elemento reactivo, mas dispõe de possibilidades de trabalho nesse contexto.

Para acompanhar a Joana Sousa:
no Twitter: @pensarcriarser | @joanarssousa
e ainda...
<http://joanarssousa.blogspot.com/>
<http://joanarssousa-cursos.blogspot.com/>
<http://olharapalavra.com/>

Sobre Filosofia nas Empresas:
<http://www.youtube.com/watch?v=T4OXgweJT3Y>

Para a filosofia ter um papel activo no mundo empresarial, o que é preciso? Basta a formação tradicional em filosofia? É necessária uma formação complementar? Qual?

Na minha perspectiva, ao filósofo faz sentido a formação complementar na área da consultoria de empresas ou dos recursos humanos. Ou ter desenvolvido trabalho de campo nessa área.

A filosofia necessária é a dos filósofos clássicos ou há filósofos específicos que devam ser tidos em conta? Há uma filosofia da gestão ou da gestão dos recursos humanos que deva ou mereça ser referida?

A filosofia necessária é a do filósofo aplicado que consegue encontrar pontos de apoio na filosofia para lidar com a realidade. E vice-versa: encontrar pontos de apoio na realidade para lidar com a filosofia. É fundamental que se pratique uma filosofia de questionamento profundo, de análise, de rigor. Ao nível dos recursos humanos, gostaríamos que o futuro nos proporcionasse a investigação da consultoria filosófica face ao coaching ou ao mentoring. Ao nível da minha investigação, o

objectivo seria o de estabelecer uma análise comparativa, procurando as suas diferenças, mas também elementos de interesse mútuo, assumindo uma perspectiva transdisciplinar.

Já há filósofos a aplicarem a sua formação filosófica na gestão dos recursos humanos?

Não tenho conhecimento de nenhum caso concreto, mas sei que há gestores com formação noutras áreas, que se encontram a desenvolver trabalho em recursos humanos e que procuram integrar a filosofia nas suas práticas de gestão. E isso já acontece em Portugal, à semelhança de outros países. Há revistas da área, de recursos humanos, que já «denunciam» algumas práticas de integração da filosofia na gestão das pessoas.

O teu mestrado vai reflectir-se na tua carreira profissional?

Só o tempo o dirá, bem como o facto de conseguir dar continuidade à investigação realizada durante o mestrado. Este constitui-se como um fim e um princípio em si mesmo, a nível pessoal e académico.■

“O CONSULTOR FILOSÓFICO PARTE PARA A EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO COM O OBJECTIVO DE COMPREENDER QUEM SÃO AS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM POR LÁ E DE PROCURAR SABER SE HÁ SINTONIA ENTRE AQUILO QUE AS PESSOAS ESPERAM DA EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO E O QUE A EMPRESA OU ORGANIZAÇÃO ESPERA DAS PESSOAS.” JOANA SOUSA

PROJECTOS

FILOSOFIA E CRIATIVIDADE

UM PROJECTO QUE TAMBÉM VAI AO TAPETE

Joana Sousa é bancária e defendeu recentemente uma tese de mestrado sobre o papel da Filosofia nas empresas, nomeadamente na Gestão de Recursos Humanos. (Ver entrevista atrás.) Mas há anos que trabalha também como formadora na área da criatividade e da filosofia para crianças, com um projecto denominado filocriatiVIDAde I filosofia e criatividade – projecto esse que já a levou aos Açores, à Madeira, Portalegre, Lourinhã, Braga, Aveiro, Sintra e, mais recentemente, à Escola Portuguesa de Moçambique, em Maputo. E o mais que se verá. Por mail, fomos saber um pouco mais.

Em que consistem esses projectos?

O projecto filocriatiVIDAde actua em duas linhas: por um lado, a formação de professores, educadores, pais e profissionais que queiram aprender algo sobre a filosofia para crianças e também sobre ferramentas da criatividade; por outro lado, o trabalho com as crianças e jovens, através de ateliers/oficinas de filosofia e criatividade.

A par destas acções que têm, na sua maioria, um carácter pontual, tenho dois projectos de continuidade: PhiloTKD e Sala da Ana. O primeiro diz respeito à realização de ateliers junto dos alunos de Taekwondo, em parceria com os Mestres Alexandre Lopes e Sara Prisal; teve início em 2008, na Escola Taekwondo do Casal Novo e encontra-se em actividade, desde 2011, no Ginásio RodaFits. O segundo projecto é desenvolvido com e na Sala da Ana Dominguez, educadora de infância, e visa introduzir a filosofia para crianças e a criatividade no dia a dia das crianças (a partir dos 3 anos).

Onde e como se realizam?

O projecto é itinerante e está aberto ao convite de entidades, centros de formação ou instituições que pretendam oferecer estas actividades no seu espaço.

Como se pode ter acesso a essas iniciativas concretas? (divulgação)

Basta acompanhar o meu blog, a página do facebook do projecto filocriatiVIDAde e seguir-me no twitter.

Links:

Blog <http://joanarssousa.blogs.sapo.pt/>

FB <https://www.facebook.com/pages/Filosofia-e-Criatividade/126992160704818>

Twitter @pensarcriarser

Qual é e o que visa a tua presença na Internet? E que resultados tens obtido?

A internet, nomeadamente as redes sociais, possibilita a divulgação do meu trabalho de uma forma gratuita. Para além disso, procuro divulgar notícias e artigos sobre estas áreas, bem como o trabalho de outras pessoas que estão a desenvolver projectos na filosofia para crianças.

As redes sociais têm sido um meio de estabelecimento de parcerias com escolas e entidades relacionadas com a formação. Há também muitas pessoas que me contactam a solicitar alguns conselhos a nível de bibliografia e de formas de actuação.

Que tipos de adesão tem recolhido e que problemas tem levantado?

Desde 2008 que o projecto não pára e surgem convites de vários pontos do país para a realização de acções de formação e ateliers com as crianças e jovens.

Os professores solicitavam formação acreditada e acabei por conseguir a acreditação junto do Centro de Formação Contínua de Professores (em conjunto com a Celeste Machado). Neste momento, devido à falta de verbas dos Centros de Formação, as formações acreditadas não têm avançado.

Agrada-me sobretudo os contactos que tenho, de pais e mães, que me dizem: «Joana quero que os meus filhos tenham a oportunidade de experimentar estas actividades. Podes vir aqui?» - e este «aqui» já se chamou Portalegre, Funchal, Lourinhã.

Como foi a recepção por exemplo em Moçambique?

A formação na área da filosofia para crianças era algo que os professores da Escola Portuguesa de Moçambique, que já desenvolviam trabalho nesta área, desejavam muito. O trabalho que desenvolvemos foi muito positivo, pois para além da formação em sala, tive oportunidade de trabalhar com algumas turmas. Os formandos tiveram a possibilidade de assistir a essas sessões e de as avaliar.

Que tipo de reacções tem havido da parte dos (outros) profissionais de filosofia?

As reacções são diversas, de tal forma que às vezes o formando céptico é mesmo aquele que tem formação em filosofia! Mas na sua maioria há interesse genuíno em aprender e em trocar

experiências nesta área. E isso é muito importante, essa troca. Foi por esse motivo que em Fevereiro de 2010 eu e a Celeste Machado organizámos o I Encontro de Filosofia para Crianças e Criatividade, Sentir Pensamentos I Pensar Sentidos, em Aveiro; sentimos que há falta de espaço e de tempo para que os profissionais de filosofia conversem entre si, avaliem os seus trabalhos e os dos outros e perspectivem trabalhos interdisciplinares com outros profissionais.

Projectos futuros ou linhas futuras de desenvolvimento?

As minhas prioridades são os dois projectos de continuidade que já referi (PhiloTKD e Sala da Ana), pelo facto de me permitirem «testar» abordagens, apurar aspectos positivos e negativos. São a minha principal fonte para a investigação e aprendizagem.

Que conselhos a quem de quisesse dedicar a projectos nessas áreas?

Investigar e dialogar com quem já está na área – isso é fundamental. E não ter medo de arriscar. Criar parcerias e sinergias.

Foi assim que comecei e é por isso que o meu projecto ainda está de pé! ■

Para espreitar a Joana Sousa sobre Filosofia para crianças:
<http://www.youtube.com/watch?v=FQ6quUai0WE&feature=relmfu>

PROJECTOS

CAFÉ FILOSÓFICO

UM PROJECTO NA ÁREA DO PORTO

Tomás Magalhães Carneiro é um conhecido dinamizador de cafés filosóficos sobretudo na zona do Porto. Licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto e com 34 anos, dedica-se também à Filosofia com Crianças e à formação de professores, mas é da sua experiência nos seus Cafés Filosóficos que o vamos ouvir numa entrevista realizada por mail.

Em que consistem os seus projectos ligados à filosofia em contexto não escolar?

Além dos meus projectos de Filosofia com Crianças (“Filósofos a Brincar” e “Jovens Filósofos”) que se podem considerar “em contexto escolar”, costumo moderar Cafés Filosóficos sobretudo na cidade do Porto, mas não só. Como esta é uma área da Filosofia Aplicada ainda mais desconhecida em Portugal que a Filosofia com Crianças, resolvi nesta entrevista falar apenas dessa vertente do meu trabalho.

Um Café Filosófico é um encontro de pessoas com interesse na Filosofia e que se juntam periodicamente para dialogar sobre problemas que consideram fundamentais da forma mais rigorosa e racional que forem capazes, tal como Sócrates nos ensinou a fazer há 2500 anos atrás.

O que um Café Filosófico tem de diferente de outros encontros como tertúlias,

conversas de cafés, debates políticos, encontros poéticos, etc., é que aqui procura-se que haja algo mais que um confronto de ideias ou a mera expressão de sentimentos ou opiniões de cada um. Num Café Filosófico procuramos aprofundar em conjunto um determinado assunto, obviamente expressando-nos e escutando-nos, mas não com o intuito de agradar os ouvintes, convencer os outros ou ganhar uma discussão. Queremos, sobretudo, procurar compreender o problema que temos pela frente e compreender-nos a nós mesmos e aos outros

nesse processo.

Um diálogo filosófico neste cenário “não-académico” é sempre um encontro de pessoas muito rico não apenas no aspecto cognitivo, mas também social, cultural e pessoal. Estamos cada vez menos acostumados a comunicar com os outros “cara a cara” para falar de algo que não trabalho, política, as últimas do desporto ou as mais recentes mundanidades. Um Café Filosófico permite esse encontro de pessoas interessadas em conversar sobre algo mais fundamental que aquilo que é usual conversar.

Ao contrário de quase todos os



outros eventos culturais, um Café Filosófico é feito pelas pessoas que lá vão participar. Não há uma apresentação, uma exposição de ideias, uma ronda de leituras organizadas ou improvisadas no momento. É muito comum um Café Filosófico começar com a pergunta “De que é que querem falar hoje?”, seguido da escolha por votação do tema para o diálogo: “O tempo”; “O amor”; “A liberdade”; “Nada”; etc. É neste sentido de que o Café Filosófico vive exclusivamente do contributo dos participantes de cada sessão que estes diálogos se afastam da chamada “filosofia académica” ou “escolar” onde o “combustível para pensar” vem de fora da sessão (seja de um autor, de uma obra, das notas que o professor preparou, etc.). Ao contrário do que acontece numa aula, numa palestra ou numa conferência não se vai a um Café Filosófico para se “aprender filosofia”, ou para se aprender a pensar através do exemplo deixado pelos grandes pensadores antes de nós, interpretados e apresentados pelo professor, palestrante ou conferencista diante de nós. Num Café Filosófico nós somos os “grandes pensadores” e só o que os outros “grandes pensadores” ao nosso lado têm para nos dizer tem importância e é aceite como contribuição válida. Isto não quer dizer que seja rejeitada qualquer contribuição da história da filosofia sempre que esta nos ajude no nosso propósito de compreender o problema que nos ocupa. O que não é permitido é que essa contribuição se substitua à reflexão genuína e pessoal que cada um deve fazer

por si mesmo. Quero deixar bem claro este ponto, um Café Filosófico não repudia a filosofia que é feita, e foi feita, em contextos profissionais e académicos, mas concentra-se sobretudo na tarefa de pensar e fazer pensar no momento e sobre os problemas que vão surgindo. Dito isto, é muito natural que os resultados brutos que saem de um Café Filosófico (uma vez que o contexto não é profissional, mas amador) não entusiasmam aqueles que procuram na filosofia grandes ideias, respostas às suas dúvidas mais fundamentais ou argumentos implacáveis para determinada posição. O interesse do Café Filosófico não está aí, está noutro sítio. Mas não há nada como participar para descobrir por si onde está esse interesse.

Onde e como se realizam?

Como disse, os Cafés Filosóficos que dinamizo realizam-se sobretudo na cidade do Porto, onde vivo. Mas como não sou um “regionalista filosófico” tenho todo o prazer em fazer filosofia com quem me convida e para onde me convidar. Ainda recentemente dinamizei um Café Filosófico sobre “democracia e mundos possíveis” em Moscovo (com a ajuda de uma tradutora) e foi uma experiência muito enriquecedora, sobretudo devido à situação política actual na Rússia. Também já tive a oportunidade de dialogar sobre a Liberdade com alguns reclusos do Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira o que, como devem imaginar, foi uma experiência inesquecível. Além disso, apesar de o contexto

destas práticas filosóficas ser “não escolar”, tenho sido convidado por diversos amigos professores de Filosofia para dinamizar diálogos e Cafés Filosóficos em escolas e colégios. Muito mais do que eu, que não sou nem nunca fui professor de filosofia do ensino secundário, estes professores sentem a necessidade de mostrar este lado mais livre, descomprometido e lúdico da filosofia aos seus alunos. Mas para responder à pergunta, desde o encerramento em Maio de 2012 do Clube Literário do Porto, que foi o berço do Café Filosófico e a nossa casa durante três anos, que não temos um sítio fixo para estes nossos encontros filosóficos. Felizmente algumas instituições da cidade do Porto souberam da nossa “orfandade” e têm-nos convidado e cedido os seus espaços de forma gratuita para nos reunirmos e dialogarmos. Graças a essa generosidade tripeira temo-nos encontrado em espaços e salas tão bonitas e antigas como a Sala da Música do Palácio dos Carrancas, no Museu Soares dos Reis, o Orfeão do Porto, a Casa do Infante e o espaço “Yoga Sobre o Porto” do Luís Baptista, um amigo do Café Filosófico desde a primeira hora, um edifício muito antigo e bonito que tem uma vista para a Torre dos Clérigos e o Jardim da Cordoaria, mesmo no coração da ágora portuense.

Como se pode ter acesso a estas iniciativas concretas?

Recentemente criei com o Tiago Sousa, músico profissional e filósofo amador (não

necessariamente por esta ordem), o Clube Filosófico do Porto. Este clube não é mais que um sítio na internet e um endereço de email e serve para anunciar e publicar os relatos dos nossos eventos filosóficos (Cafés Filosóficos, Ciclos de Leituras Filosóficas, etc.). Através do nosso blog - <http://clubefilosoficodoporto.wordpress.com/> - poderá ler sobre os vários eventos que vamos realizando, e enviando o seu contacto para o nosso e-mail – clubefilosoficodoporto@gmail.com – passa a receber a nossa newsletter.

Onde ou como foi o encontro e a aprendizagem com este método de trabalho filosófico?

A primeira vez que tive contacto com esta vertente Socrática da filosofia prática foi num Workshop com o Oscar Brenifier, que é o melhor e mais rigoroso filósofo prático que conheço, e talvez aquele que mais se aproxima da imagem de Sócrates que gosto de ter.

Antes desse Workshop já tinha tido formação em Filosofia com Crianças e dava há uns anos um Curso de Pensamento Crítico para jovens, mas tanto à “metodologia Lipman” da FcC como aos exercícios de Pensamento Crítico de análise e avaliação de argumentos faltava-lhes “Filosofia”. Foi com o Brenifier que percebi que todo o potencial do Método Socrático só é actualizado com uma atenta e persistente intervenção do filósofo não ao nível do conteúdo do diálogo mas da sua estrutura, isto é, das regras que têm de ser observadas para

que o diálogo não saia do âmbito filosófico.

Além disto o seu método foca sobretudo o sujeito que pensa, responsabilizando-o e forçando-o a apresentar-se e a conhecer-se a si mesmo durante o diálogo. É o sujeito, e não o problema filosófico, o essencial da filosofia para Brenifier. É daqui que ela parte -de um problema que só o é se for um problema para alguém - e é aqui que ela regressa, na forma de uma crítica que nos faz ver além de nós, de uma refutação que nos purifica do erro, de um novo ponto de vista que nos faz compreender melhor o mundo e a nós mesmos. Com o Brenifier também aprendi que a filosofia pode ser uma actividade divertida. Cada vez mais acho que era assim que os antigos gregos a viam e é assim que cada vez mais a vejo.

Que tipos de adesão tem recolhido e que problemas tem levantado essa prática filosófica?

Quando em 2008 iniciei estes encontros filosóficos regulares, estava à espera de receber “filósofos”, ou seja, participantes da área da filosofia (estudantes universitários, professores de filosofia, filósofos amadores conhecedores dos autores mais fundamentais, etc.) interessados em discutir problemas filosóficos. Porém, nada disso aconteceu. Apenas uma percentagem muito pequena das pessoas que frequentam o Café Filosófico estudaram filosofia para além do ensino secundário e os “filósofos”

que por curiosidade ou outro motivo qualquer decidem ir experimentar um Café Filosófico normalmente não regressam. Julgo que isso acontece por acharem que o que se passa num Café Filosófico não é Filosofia, ou por sentirem em falta o ar sagrado que os nomes sonantes dos grandes filósofos do passado normalmente trazem a uma conversa de filosofia, ou então, simplesmente, não gostaram do sabor do café que lhes foi servido.

Agora um pouco mais a sério, é realmente uma pena esse desinteresse dos “filósofos” por este tipo de actividades filosóficas amadoras. A pouca preparação filosófica da maioria dos participantes só tem a ganhar com o rigor conceptual, o conhecimento de algumas ideias fundamentais e o “olho para o filosófico” que alguém com preparação em filosofia naturalmente possui.

É perfeitamente evidente que quando algum “filósofo” participa nos nossos diálogos (sim, há alguns que insistem em fazê-lo) a qualidade das sessões é bastante superior, sobretudo ao nível da exigência de clareza conceptual e rigor lógico, da generosidade e naturalidade com que se entregam ao debate de ideias, do reconhecimento das implicações que uma posição pode ter, etc. Tudo isto que referi são contributos intelectuais e humanos de um valor inestimável para um diálogo filosófico e é algo que alguém com uma boa preparação filosófica necessariamente possui e facilmente contagia os outros

participantes. É uma pena que mais “filósofos” não tenham esta vontade e generosidade para ajudar outras pessoas como eles a entrar e caminhar no fascinante mundo das ideias que tivemos a sorte de conhecer. Mas, pensando bem, talvez aqueles “filósofos” que acham que a filosofia se esgota nos programas, nos manuais, nas aulas de 90 minutos, nas avaliações e no cheque do Ministério ao fim do mês, aqueles “filósofos” que não têm qualquer interesse em ouvir o que tem a dizer o “homem comum” acerca destes problemas de todos nós e escolhem apenas a companhia dos “Grandes Filósofos”, talvez esses “filósofos” estejam a mais na filosofia e, de todas as maneiras, não ia querer tomar café com eles, muito menos um Café Filosófico.

Que tipos de reacções tem havido da parte dos (outros) profissionais da filosofia?

Como me entusiasmei um pouco a responder à pergunta anterior acho que acabei por responder também a esta. Não me querendo repetir, procurarei dizer agora o essencial. Da grande generalidade dos profissionais de filosofia (estudantes universitários, professores do ensino secundário e universitário) que conhecem o Café Filosófico através das divulgações em jornais, revistas, listas de discussão na internet, facebook, etc., as reacções variam entre a indiferença e a desconfiança. Da parte daqueles profissionais (poucos) que insistem em frequentar o Café Filosófico, alguns interessam-se pelos métodos

e exercícios maiêuticos que utilizo para dinamizar um diálogo filosófico e procuram levar esses mesmos métodos e exercícios para as suas aulas de filosofia. Alguns destes (os poucos que restam) interessam-se de uma forma genuína em dialogar com outras pessoas e ouvir e compreender o que pensam sobre os mesmos problemas que os preocupam.

Para alguns de nós o Café Filosófico já é um vício. Na verdade há algo de vivo e enérgico numa ideia filosófica a despontar à nossa frente que de forma alguma é apanhado pela transcrição dessa mesma ideia em papel. As ideias, ao contrário do que normalmente se pensa (e eu também já pensei assim), não são conservadas quando captadas e levadas para fora do momento e do contexto onde nasceram, da mesma forma que o som analógico de um instrumento também não é conservado quando é desconstruído pelo código binário de um computador e gravado num CD. Há muitas variáveis que escapam à transcrição escrita de um diálogo filosófico em directo: o contexto da sessão (é totalmente diferente falar de Liberdade com reclusos numa prisão, com alunos numa escola secundária ou com “burgueses” numa sala de um Museu), o ambiente da sala, a disposição e a intenção de quem ouve e de quem fala, a ambiguidade dos gestos, os gestos que ajudam a tirar a ambiguidade, os receios, os anseios e as hesitações que se tornam óbvias nas expressões, nos gestos e no corpo de quem dialoga conosco. Infelizmente não tenho mais nenhum argumento a favor do

que digo que não estas impressões e as diferentes sensações que hoje em dia produzem em mim a leitura de um livro e a participação num diálogo filosófico. Como ouvir um concerto acústico ao vivo ou ouvir um CD, num diálogo as vibrações são simplesmente diferentes. Cada vez mais vejo a filosofia como uma arte de conversar, a Arte do Diálogo (tenho a certeza que Sócrates também a via assim) e tudo o resto que acontece fora desse diálogo entre duas ou mais pessoas reais, vivas, em frente umas às outras, são sucedâneos menores desta Arte do Diálogo. Mas isto sou eu a entusiasmar-me outra vez.

Em que medida é que por essa via se pode perspectivar um futuro profissional?

Um futuro profissional nesta área é uma incógnita. Depende sempre da capacidade e vontade do “filósofo prático” em entender as necessidades do mercado e claro está, em descobrir qual o nicho de mercado em que se quer inserir (Filosofia com Crianças, Filosofia em Empresas, Consultoria Filosófica, etc.). Mas parece-me que, neste ponto, o estado da profissão de “filósofo prático”, ou “filósofo free-lancer” como já ouvi chamar, não se diferencia muito de quase todas as outras profissões liberais em Portugal actualmente. De qualquer forma não vejo o trabalho que desenvolvo em filosofia como uma profissão (apesar de viver desse trabalho). Vejo-o como uma forma de vida e não sou capaz de perspectivar um futuro a fazer outra coisa qualquer.

Projectos futuros ou linhas futuras desenvolvimento?

No seguimento do que acabei de dizer, continuar a tentar interessar as pessoas em ter diálogos filosóficos comigo nos Cafés Filosóficos e noutros sítios e contextos.

Ultimamente tenho-me interessado na utilidade que estas técnicas de moderação socrática que tenho vindo a procurar dominar podem ser úteis em contextos de empresas. Estou neste momento a dar uma formação em Diálogo e Pensamento Crítico numa Clínica de Saúde no Porto, a Clínica Ormasa, onde todas as semanas sentamos para um diálogo filosófico médicos, enfermeiros, administrativos, etc.. Tem sido uma experiência muito interessante, sobretudo pelos obstáculos à comunicação e ao diálogo que a estrita hierarquia que naturalmente existe nestes contextos nos coloca. Num futuro imediato procurar■ aprofundar um pouco esta vertente do Diálogo Filosófico na Empresa.

Que conselhos a quem se quisesse dedicar a projectos nessa área?

Deve ser capaz de ver filosofia em qualquer situação.

Deve querer escutar e dialogar com os outros e não discursar e ensinar.

Deve ter coragem para fazer o que sente estar correcto e não o que os outros estão à espera que faça. Deve perseverar, perseverar, perseverar... e desistir se vir que é altura de o fazer.

Tomás Magalhães Carneiro, Porto, 2012.



design corporativo
design editorial
branding
sinalética
publicidade

A IMAGEM DAS EMPRESAS
E DOS PRODUTOS **AMADURECE,**
ENVELHECE E PARA QUE NÃO MORRA
DEVE SER FEITA A SUA **MANUTENÇÃO.**



TLM 968 404 380
clarajana.design@gmail.com

**«... AO LONGO DOS ANOS,
APERCEBI-ME DE COMO
É VALIOSO PARA TODOS,
INCLUINDO OS QUE NÃO
A ENCARAM COMO UMA
VOCAÇÃO, ESTUDAR UM
POUCO DE FILOSOFIA,
QUANTO MAIS NÃO SEJA
POR DUAS RAZÕES MUITO
SIMPLES.**

**... PORQUE SEM ELA NÃO
PODEMOS COMPREENDER
O MUNDO EM QUE VIVEMOS.**

**... AS GRANDES OBRAS DA
TRADIÇÃO (...) PODEM, MUITO
SIMPLESMENTE, AJUDAR-NOS
A VIVER MELHOR E DE FORMA
MAIS LIVRE.»**

LUC FERRY

APRENDER A VIVER, TEMAS E DEBATES, 2009

A APAEF nasceu a 4 de Dezembro de 2004, na Universidade Nova de Lisboa. Ali reuniram-se um conjunto de interessados, que viriam a constituir os órgãos sociais da Associação. As principais preocupações eram os problemas filosóficos das pessoas e a forma profissional. No entanto, também existiam outras questões conexas, como a intenção de compreender o paradigma que vigorava no sistema educativo português (ensino secundário e superior), para verificar se haveria abertura do governo para a introdução de um capítulo sobre Filosofia Aplicada (onde se inseria a consultoria filosófica, a filosofia para crianças, as éticas, etc.)

Para conseguir encontrar no espaço social português um lugar que dignificasse o nosso projeto, era necessário percorrer um determinado caminho. Não poderíamos facilitar, pois a desvalorização da filosofia na sociedade portuguesa era significativa e não ajudava o nosso trabalho. No entanto, essa variável dava-nos uma motivação imensa. Assim, o caminho que traçámos era aquele que outras associações profissionais, culturais e científicas percorreram outrora, e que mais tarde vieram a constituir-se em ordens profissionais. Tínhamos que ter um número de sócios significativo; tínhamos que organizar congressos nacionais, mas com dimensão internacional; tínhamos que promover publicações; e tínhamos que promover a formação de consultores filosóficos.

Muitos eram os desafios. E neste processo, era também evidente que a presença na comunicação social poderia ser um móbil decisivo. Depois da primeira entrevista para a SIC, as reportagens não mais pararam: TSF, Visão, Antena 1, Expresso, etc. O mesmo pensávamos sobre a presença na internet: blogue, site, mailing-list, redes sociais, etc.

Assim, nos 4 anos em que estive nos órgãos sociais da associação, tentei mobilizar as pessoas para um projeto que funcionava acima de tudo com base no voluntariado dos seus associados, mas as pessoas também percebiam que os benefícios podiam ser vários e para todos. E realmente, foi isso que aconteceu. Algumas das pessoas que dedicaram o seu tempo à associação,

obtiveram mais tarde o reconhecimento social e com isso conseguiram lançar-se no mercado com vários projetos profissionais na área da filosofia aplicada. Em 2008, o número de associados já ultrapassava os 100 e tínhamos conseguido organizar 4 congressos nacionais: o primeiro na Universidade Nova de Lisboa, onde estiveram presentes José Barrientos e Gabriel Arnaiz (Universidad de Sevilla), Rayda Guzman (Universidad de Barcelona), Oscar Brenifier (Institute de Pratiques Philosophiques) e vários os portugueses. O segundo congresso foi na Universidade da Beira Interior, dedicado à filosofia para crianças, tendo contado, entre outros com a presença de Oscar Brenifier, novamente, e Felix García Moriyón (Universidad Autonoma de Madrid). O terceiro congresso foi na Faculdade de Economia e Gestão da UCP Porto e foi dedicado à ética aplicada, tendo comparecido Lou Marinoff (City College of New York), entre outros. Neste congresso recebemos pela primeira vez algumas comunicações livres de associados. O quarto congresso realizou-se em Faro, onde estiveram, do estrangeiro, José Olímpio (Universidade Estadual do Maranhão), Lara Ferraz (Universidade Católica de Petrópolis). Após estes congressos, a APAEF publicou as atas, que enviou para várias bibliotecas municipais, escolares e universitárias. A história da APAEF, entre 2004 e 2008, foi repleta de momentos interessantes: desde a audiência no Ministério da Educação à parceria com a Delta nos congressos, passando pelo apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, a colaboração com a Universidade de Sevilha e com a Universidade de Barcelona, etc.

Hoje, a consultoria filosófica é já uma realidade em Portugal. Existem vários projetos profissionais. Algumas universidades já referem nos seus sites a saída profissional da Consultoria Filosófica e manifestam um elevado interesse em desenvolver atividades e investigação na área: por exemplo, a Universidade do Minho foi a primeira a incluir, em 2008, no seu Programa de Doutoramento, a linha de Aconselhamento Filosófico. ■

Jorge Humberto Dias
(texto adaptado)

APEFP ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA E FILOSOFIA PRÁTICA

A APEFP- Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática nasceu em Outubro de 2008 e surgiu como um projecto sustentado e alicerçado no conhecimento dos membros da Direcção na área do associativismo e da filosofia prática. É um projecto pensado em promover, em Portugal, tal como acontece noutros países europeus, a filosofia prática e a ética organizacional.

A Direcção da APEFP pretende que este projecto seja uma mais valia a nível nacional e nesse sentido tem desenvolvido um conjunto de acções que divulgam a Associação e os seus propósitos de tornar a sociedade mais conhecedora da utilidade da ética e da Filosofia prática quer para a formação cívica do ser humano quer para a sua formação cultural.

A Direcção da APEFP tem como objectivo inicial fazer crescer o número de sócios para assim se constituir como uma Associação forte e que possa ter uma voz activa na sociedade civil em diversas dimensões, por isso, o projecto é de todos aqueles que com a sua vontade e disponibilidade possam participar nele.

A APEFP é uma associação de cariz cultural e científico, sem fins lucrativos e tem como fim a divulgação, promoção, desenvolvimento, formação, investigação e estudo na área da Ética e da Filosofia Prática.

a. Fomentar a investigação na área da Ética e Filosofia Prática;

b. Desenvolver projectos nas práticas Éticas e Filosóficas. e a troca constante de ideias, experiências e projectos nesta área; como sejam o desenvolvimento e a realização de: Cafés Filosóficos; Clubes de Ética; Filosofia para Crianças; Assessoria e Consultoria Ética e Filosófica; Ética Empresarial; Deontologia Profissional; Coaching Filosófico; etc.;

c. Promover troca de experiências com outras instituições e fomentar contactos preferenciais com universidades, empresas e outros organismos, públicos ou privados, e com associações

congéneres, nacionais e internacionais;

d. Promover junto das entidades políticas competentes projectos de promoção da Ética prática e da Filosofia prática;

e. Promover actividades tais como cursos, estágios, seminários, colóquios, congressos, conferências, encontros e exposições;

f. Promover e patrocinar a edição de publicações conforme aos objectivos da Associação e que contribuam para um melhor esclarecimento público sobre a importância da Ética e da Filosofia Prática;

g. Dialogar com as empresas de modo a desenvolver e aperfeiçoar modelos de negócio baseados na deontologia profissional.

Estes objectivos têm vindo a ser conseguidos com a realização de diversos eventos. Destacamos os seguintes, que regularmente a Associação desenvolve: Filocafé - Ciclo de Palestras; Congresso Nacional da APEFP; Curso de Formação de Consultores e Assessores Filosóficos; Curso em Supervisor em Ética Organizacional; Cursos de: “Filosofia para Crianças”; Workshop de Clubes/ Gabinetes de Ética; Workshop de Filosofia com Humor; Workshop de Filosofia com Amor; Curso de Ética para PME; Oficinas de Filosofia e Pensamento Crítico; etc.

A APEFP, tem assim contribuído de forma indelével para a promoção da ética e da filosofia na sociedade portuguesa e a sua dinâmica tem ultrapassado fronteiras sendo já uma referência no movimento internacional da promoção da filosofia prática.

Neste projecto associativo podem ser sócios da Associação todas as pessoas singulares, nacionais ou estrangeiras, que possam contribuir para a prossecução dos objectivos da Associação bem como pessoas colectivas quer sejam empresas ou outras instituições. ■

Eugénio Oliveira

OLIMPIADAS LATINO-AMERICANAS DE FILOSOFIA DEBATEM O CUSTO SOCIAL DO PROGRESSO



A **III Olimpíada Latino-Americana** de Filosofia realiza-se de **4 a 6 de outubro na Universidade Católica de Petrópolis**, perto do Rio de Janeiro. **O projecto é uma iniciativa que parte do Brasil e Uruguai**, mas que pretende reunir participantes de outros países da América do Sul.

Alinhado com o espírito olímpico, que tem “a paz, a amizade e o bom relacionamento entre os povos” como objectivo central, esta outra iniciativa olímpica propõe-se o mesmo fim mas através do exercício filosófico.

O tema escolhido é o **“progresso, seu custo social e humano”**. E a organização explica que se trata de “convidar os jovens a se debruçarem sobre o conceito de progresso, discutindo suas implicações e seus desdobramentos no contexto amplo da existência humana: **Qual o custo social do progresso? O que significa crescer?**”

Numa fase pré-olímpica, que decorre desde Maio deste ano, têm lugar nos países participantes “debates e ações pedagógicas em torno dos temas acima delimitados, em atividades curriculares e extracurriculares

protagonizadas pelos estudantes e seus docentes, em articulação com a comunidade. Estas ações incluem também outros tipos de atividades e iniciativas que se considerem convenientes (teatro, poesia, desenho, vídeos, exposições, música, canto, etc.) conectando os temas centrais de cada evento com outras problemáticas filosóficas e com outras disciplinas.”

Quanto às Olimpíada propriamente dita, consistem no encontro de três dias de professores e alunos, para apresentarem e debaterem “os trabalhos produzidos nas atividades pré-olímpicas, além de produzirem material sobre a temática do encontro”. Além disso, haverá um conjunto de “palestras, oficinas e atividades artísticas e culturais”. Em síntese, o encontro terá “a seguinte estrutura básica:

- a) Oficinas de debates em grupos de, no máximo, 20 jovens;
- b) Produção de ensaios escritos individuais e em grupo;
- c) Apresentação de trabalhos artístico-filosóficos.”■

Para mais informação:

<http://www.olimpiadafilosofia.org>

FILOSOFando
É UMA REVISTA **GRATUITA.**
AGRADECE A SUA **DIVULGAÇÃO.**
POR FAVOR, **PASSE** A OUTRO,
PARA QUE PASSE A **OUTRO.**